

*Noções de Paleografia
e de Diplomática*

Ana Regina Berwanger
João Eurípedes Franklin Leal

3ª edição revista e ampliada

editora **ufsm**

Santa Maria, 2008

Universidade Federal de Santa Maria

Reitor	Clovis Silva Lima
Vice-reitor	Felipe Martins Müller
Diretor da Editora	Honório Rosa Nascimento
Conselho Editorial	Ademar Michels
	Daniela Lopes dos Santos
	Eduardo Furtado Flores
	Eliane Maria Foletto
	Maristela Bürger Rodrigues
	Honório Rosa Nascimento
	Jorge Luiz da Cunha
	Marcos Martins Neto
	Ronai Pires da Rocha
	Sílvia Carneiro Lobato Paraense

Coordenação editorial	Maristela Bürger Rodrigues
Revisão de texto	Maristela Bürger Rodrigues
Projeto gráfico	Carolina Isabel Gehlen
Capa	Carolina Isabel Gehlen sobre imagem de documento da Capitania do Espírito Santo, 1732.

B553n Berwanger, Ana Regina
Noções de paleografia e diplomática / Ana
Regina Berwanger, João Eurípides Franklin Leal. –
3. ed. rev. e ampl. – Santa Maria : Ed. da UFSM,
2008.

128 p. : il. ; 23 cm.

I. História 2. Paleografia 3. Diplomática
I. Leal, João Eurípides Franklin II. Título

CDU 930.22:930.27

Ficha catalográfica elaborada por Maristela Eckhardt, CRB-10/737
Biblioteca Central da UFSM

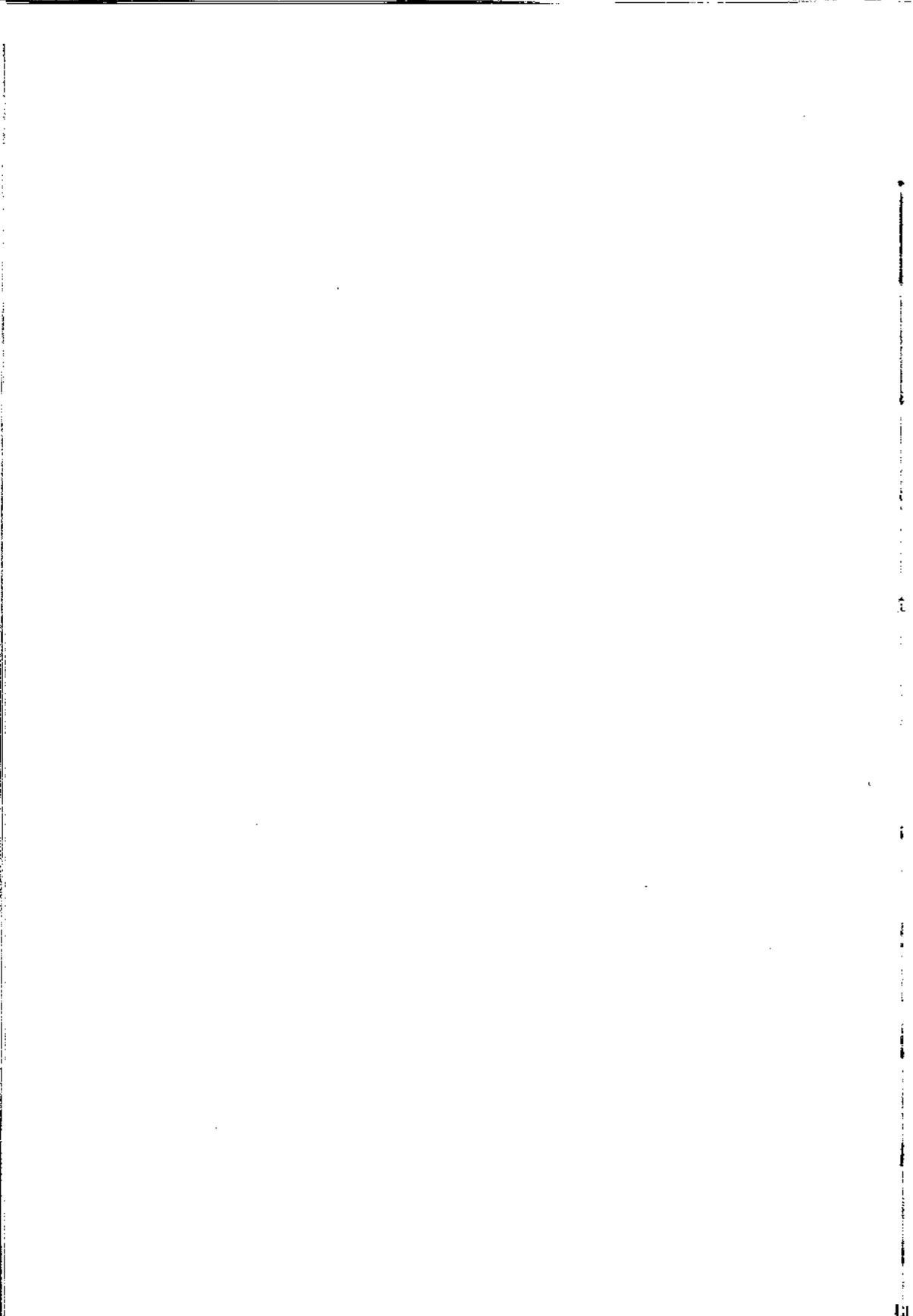
Direitos reservados à:
Editora da Universidade Federal de Santa Maria
Prédio da Reitoria - Campus Universitário
Camobi - 97119-900 - Santa Maria - RS
Fone/Fax: (55) 3220.8610
e-mail: editora@ctlab.ufsm.br
www.ufsm.br/editora

Sumário

Prefácio	09
1 Noções de Paleografia	13
1.1 Conceitos de Paleografia	15
1.2 Objeto e fins da Paleografia	16
1.3 Características dos documentos paleográficos	16
1.4 Origem e evolução dos estudos paleográficos	16
1.5 Divisões da Paleografia	19
1.6 Relações da Paleografia com outras ciências	20
2 Noções de Diplomática	23
2.1 Conceitos de Diplomática	25
2.2 Objeto e fins da Diplomática	26
2.3 Origem e evolução da Diplomática	26
2.4 Funções da Diplomática	27
2.5 Crítica Diplomática	27
2.6 Tipos de documentos	27
2.7 Documentação portuguesa	29
2.8 Análise diplomática do documento	30
2.9 Gênese ou elaboração dos documentos	31
2.10 Modos de tradição dos documentos	31
2.11 Distinção entre Paleografia e Diplomática	35
2.12 Análise tipológica	36

3 A Escrita e sua Evolução	37
3.1 Conceitos de escrita	39
3.2 Origem e desenvolvimento da escrita	39
3.2.1 Fases da escrita	39
3.2.2 Hipóteses sobre a origem da escrita	42
3.2.3 Hieróglifos e escrita cuneiforme	43
3.3 Tipos de alfabeto	47
3.3.1 O alfabeto fenício	47
3.3.2 O alfabeto grego	51
3.3.3 O alfabeto latino	54
4 Tipos de escritas	59
4.1 Divisão das letras	61
4.2 Tipos de escritas	62
4.2.1 Escrita capital	62
4.2.2 Escrita uncial	63
4.2.3 Escrita semi-uncial	63
4.2.4 Escrita cursiva	64
4.2.5 Escritas nacionais	64
4.2.6 Escrita gótica	65
4.2.7 Escrita humanística	67
5 Números	69
5.1 A representação dos números entre os egípcios	71
5.2 A representação dos números na Mesopotâmia	72
5.3 A representação dos números entre os fenícios	73
5.4 A representação dos números entre os gregos	73
5.5 Números romanos	73
5.6 Algarismos arábicos	74
6 Materiais e Instrumentos para Escrita	77
6.1 Material base	79
6.2 Material impressor ou instrumentos para escrever	82
6.3 Tintas	83

7 Dificuldades da Leitura Paleográfica	87
7.1 Quanto à base da escrita	89
7.2 Quanto à tinta	89
7.3 Quanto ao vocabulário, grafia e abreviaturas	90
7.4 Quanto à caligrafia	94
7.5 Quanto à pautação, divisão entre palavras, parágrafos, pontuação e numeração	95
7.6 Quanto às tentativas de adulteração e falsificação	96
8 Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos	97
1 Grafia	100
2 Convenções	101
3 Assinaturas	101
4 Documentos mistos	102
5 Selos, estampilhas etc.	102
6 Referências	102
7 Apresentação gráfica	102
8 Observações	103
9 Guia para a Análise Paleográfica	105
9.1 Aspectos gráficos	107
9.2 Aspectos materiais	108
9.3 Aspectos complementares	108
9.4 Conclusão	106
10 Textos Transcritos Paleograficamente	109
Referências Bibliográficas	121



Prefácio

O crescimento extraordinário que a Paleografia e a Diplomática – ainda que paradoxalmente – vêm assumindo nos últimos tempos, não só para as áreas tradicionalmente de sua interferência, tais como os estudos da História, da Arquivologia, da Filologia e do Direito, mas na sociedade em geral, justifica plenamente o aparecimento desta e de quantas mais obras surgirem sobre o tema.

Se sairmos do âmbito estreito e restritivo da conceituação e campo de ação tradicional das duas disciplinas e atentarmos para os “novos usos de velhas ciências”, na feliz colocação da especialista italiana, Luciana Duranti, dar-nos-emos conta da amplitude que a Paleografia e a Diplomática abarcam hoje. O horizonte dessas disciplinas vai desde os esclarecimentos que o estudo dos diferentes punhos, das diferentes maneiras de escrita – as falsas e as verdadeiras – e das diferentes formas de expressão, que tanto podem esclarecer biografias, estudos históricos e veracidades jurídicas até a legitimidade das heranças familiares, dos contratos econômicos, dos funcionamentos institucionais etc. Tanto na vida do cidadão comum, como na vida das instituições e das comunidades muitos podem beneficiar-se das “verdades” que a Paleografia e a Diplomática pode revelar, em todo tempo e lugar. Questões políticas, econômicas e sociais, em muitos países, têm sido solucionadas, em parte devido a esclarecimentos e descobertas proporcionados pelas metodologias dessas duas disciplinas que, hoje, estão muito longe de serem vistas apenas como diletantismo de historiadores amadores.

Ana Regina Berwanger e João Eurípedes Franklin Leal, conhecidos, consagrados e prestigiados pesquisadores, autores e professores dessas áreas, respectivamente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, e da Universidade do Rio de Janeiro, RJ, têm-nos brindado, ademais de outras publicações, com as sucessivas, sempre renovadas e ampliadas edições deste seu *Noções de Paleografia*

e de Diplomática e, com isso, vêm preenchendo uma grande lacuna na bibliografia brasileira a respeito do tema. Trazer à Academia e aos interessados em geral, de maneira clara, didática e acessível, as questões conceituais, teóricas, metodológicas e práticas referentes à escrita e à natureza e estrutura dos documentos jurídicos e administrativos tem sido o mérito desses professores já há quase vinte anos.

A Paleografia e a Diplomática sempre tiveram um encanto – e certo cabalístico mistério – ainda que sejam rigorosamente científicas, dentro das grades curriculares dos antigos cursos de Biblioteconomia e de História. Entretanto, mais recentemente, marcam sua presença – e de forma bastante revigorada – nos de Letras e de Arquivologia e começam a atrair a atenção dos cursos de Direito. Os estudantes hoje já começam a compreender que não há mistérios, nem erudição barata e nem matéria de entretenimento nos estudos dessas disciplinas, e, sim, há a aquisição de conhecimentos e práticas que complementarão a sua formação seja em Arquivologia, seja em Letras, seja em História ou em Direito. E, para isso, muito poderá contribuir este *Noções de Paleografia e de Diplomática*.

As palavras finais deste Prefácio são, aos estudantes, as de incentivo em prol de seus estudos paleográficos e diplomáticos; são, aos dois colegas, autores do livro, cujo trabalho e atuação eles bem sabem o quanto respeito e admiro, as de agradecimento e de parabéns pela sua contribuição longa, densa e profícua para a consolidação da sua área de atuação no Brasil.

Heloisa Liberalli Bellotto,
Universidade de São Paulo.

Manoel Marques de Souza

Para inclusa copia do Aviso expedido pelo Ministerio da Guerra em 12 de corrente, vae V. Ex. que foi nomeado para exercer as funcoes de Inspector do 1.º Distrito Militar, devendo quanto antes providenciar a praxa indispensavel aos Copos citacionaes nesta Provincia.

Deo. em 21 de Fevereiro a V. Ex. Palacio da Secretaria com Porto Alegre 21 de Fevereiro de 1856

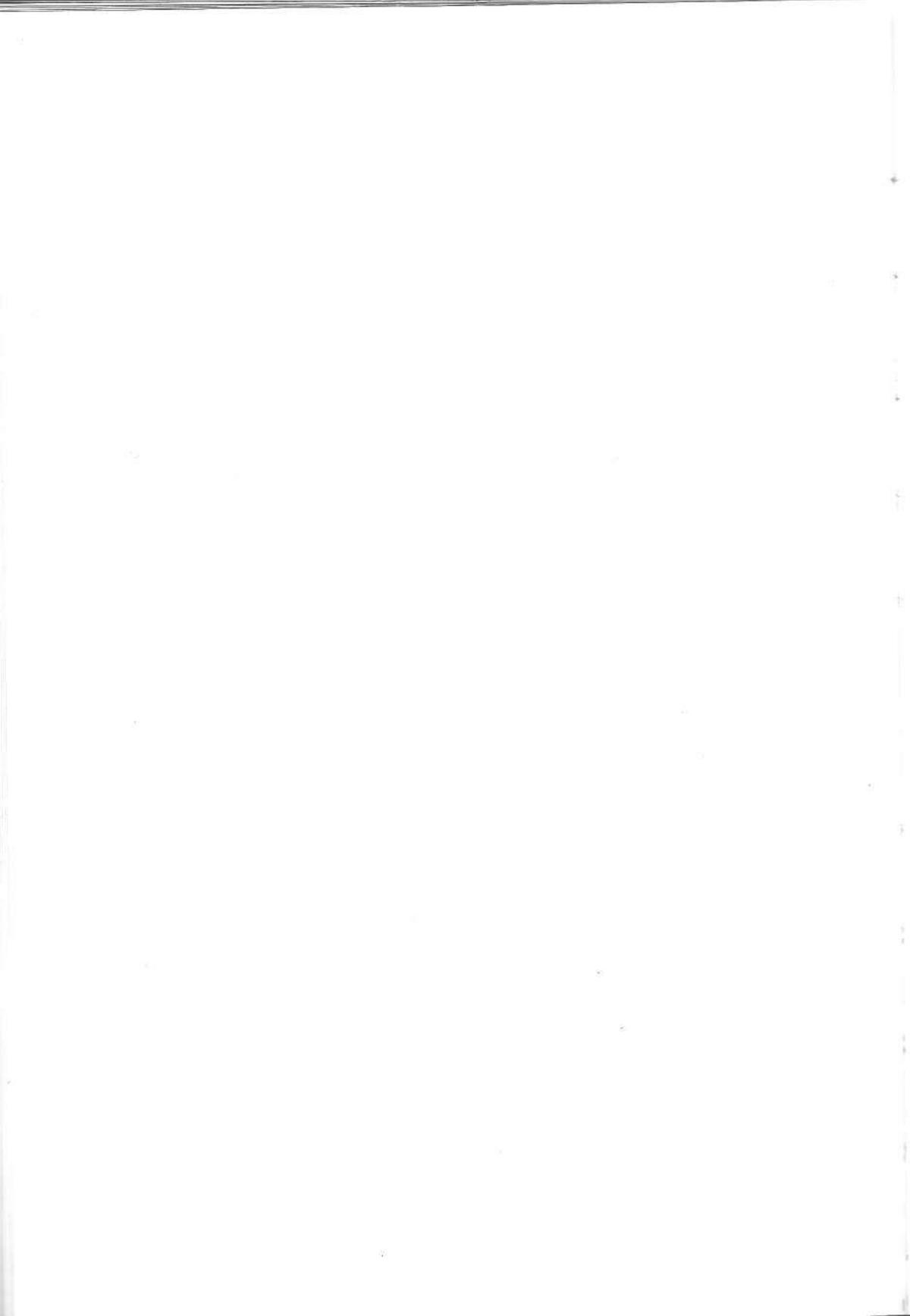
Manoel Marques de Souza
Barão de Porto Alegre

Barão de Muritiba

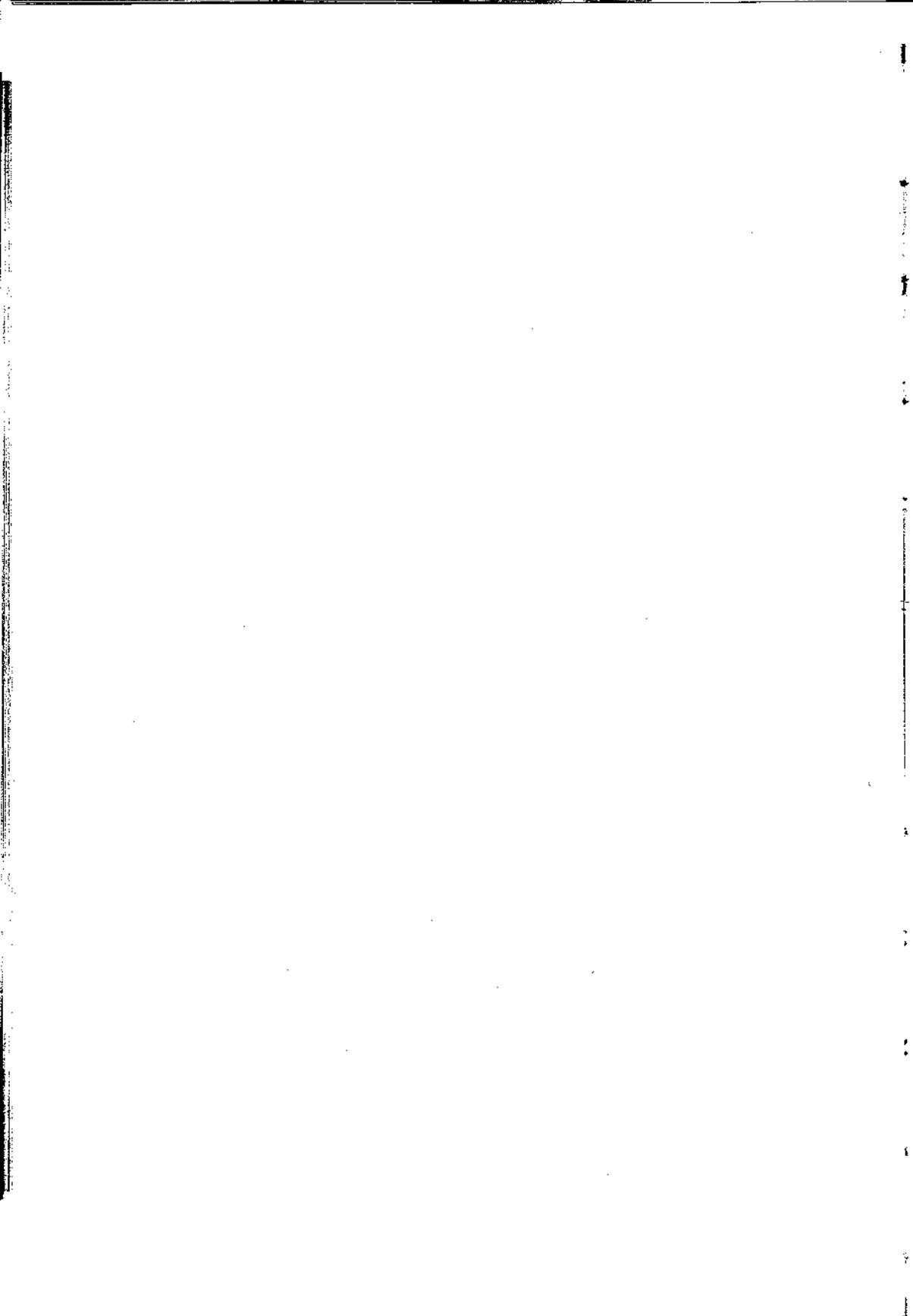
Documento enviado pelo Barão de Muritiba ao general Manuel Marques de Souza, então Barão de Porto Alegre, comunicando-o da sua nomeação como inspetor do 1º Distrito Militar.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1856.

Manuel Marques de Souza é bisavô do reitor fundador da UFSM, Dr. José Mariano da Rocha Filho.



Noções de Paleografia



1.1 Conceitos de Paleografia

Por *Paleografia* compreende-se o estudo da escrita antiga, conforme a etimologia grega da palavra: *paleos* (antiga) + *graphein* (escrita).

Inúmeros autores preocuparam-se com a conceituação desta ciência:

– Jesus Muñoz y Rivero: “Paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos tendo em consideração as vicissitudes sofridas pela escrita em todos os séculos e nações, seja qual for a matéria em que ela apareça”;

– Maurice Prou: “É a ciência das antigas escritas e tem por objeto a decifração dos escritos da Antigüidade e Idade Média”;

– Ricardo Roman Blanco: “É a ciência que nos ensina a ler e interpretar corretamente documentos manuscritos antigos, ocupando-se essencialmente com a origem e evolução da escrita”;

– Salomon Reinach: “Paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos”;

– Agustin Millares Carlo: “Paleografia é a ciência que trata do conhecimento e interpretação das escritas antigas e que estuda as suas origens e evolução”;

– Ubirajara Dolácio Mendes: “Paleografia é a arte de ler documentos antigos”;

– José Van Den Besselaar: “É o estudo metódico de textos antigos quanto à sua forma exterior. Abrange não só a história da escrita e a evolução das letras, mas também o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever”;

– João Pedro Ribeiro: “Paleografia é a parte da Diplomática que, pelo caráter da letra em que se acham os documentos antigos, nos ensina a julgar sua idade, veracidade e ainda a determinar o território ou a nação a que pertencem”;

– Roberto Piragibe da Fonseca: “É o estudo da genética dos velhos manuscritos”;

– Mario Curtis Giordani: “A Paleografia estuda os textos antigos investigando seus caracteres externos, desde o material e instrumentos empregados para escrever até a origem e evolução da própria escrita”;

– João Eurípedes Franklin Leal: “É o estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição”.

Em resumo, a Paleografia abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever. Pode ser considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica.

1.2 Objeto e fins da Paleografia

A Paleografia tem por objeto o estudo das características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos, para permitir a sua leitura e transcrição, além da determinação de sua data e origem.

1.3 Características dos documentos paleográficos

O documento paleográfico é manuscrito e pode ter como suporte papel, tecido ou matéria branda, isto é, pergaminho e papiro.

1.4 Origem e evolução dos estudos paleográficos

O nascimento da Paleografia deu-se no século XVII. Na Idade Média e Renascimento, aparece razoável número de trabalhos de caráter paleográfico (transcrições, traduções, coleções de alfabetos etc.), mas sem pretensões de tratados críticos e não se preocupando em estabelecer uma classificação científica ou a determinação da antiguidade das escritas.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) vem provocar um intenso labor em terreno da disciplina, devido a uma verdadeira avalanche de documentos falsos e falsificados que exigem de juízes e tribunais um exaustivo trabalho de crítica. Con-

trovérias e polêmicas ocorreram na Alemanha, Itália, França e Inglaterra sobre direitos feudais e eclesiásticos, cujos documentos depositados em arquivos particulares e nos mosteiros foram qualificados de falsos. Foi o que se denominou de “Guerra Diplomática”.

A Paleografia em si surgiria logo após, como veremos. A sua história pode ser dividida em dois períodos: o de formação (fins do século XVII e primeiro quartel do século XVIII) e o de afirmação (daí até nossos dias).

Primeiro período

Logo no início, a Paleografia confunde-se com a Diplomática. Elas vão desabrochar graças a uma polêmica entre religiosos. Assim é que os padres da Companhia de Jesus haviam formado, em Antuérpia, um grupo encarregado da publicação de uma fundamental coleção sobre a vida de santos: os *Acta Sanctorum*. Os planos iniciais foram do padre Heribert Rosweyde (1569-1629), cabendo ao jesuíta belga Jean Bolland (1596-1665) a iniciativa da publicação dos primeiros volumes, dando também nome ao grupo que se dedicava à grande tarefa de “bollandistas”. Foi seu colaborador e sucessor o padre holandês Daniele Van Papenbroek (1628-1714), que esteve em Roma, em 1661, apresentando ao Papa Alexandre VII os seus planos. Em uma viagem, tendo de permanecer em Tréveris (Alemanha), visitou arquivos de mosteiros e igrejas, constatando a existência de alguns documentos falsos. Prosseguindo em suas pesquisas, publicou, em 1675, o *Propylaeum antiquarium circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis* (Princípios introdutórios para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos documentos antigos), como prefácio ao segundo volume dos *Acta Sanctorum*.

Tratava-se de uma rigorosa crítica diplomática que impugnava a validade de boa parte dos documentos conservados nos arquivos dos mosteiros beneditinos franceses, especialmente os da Abadia de Saint-Germain-des-Prés, próxima a Paris e habitada pelos monges da Congregação de São Mauro. Assim, esta obra também dava as normas da crítica diplomática. A secular tradição beneditina ficava, portanto, abalada em seus fundamentos. Um de seus membros, D. Jean Mabillon (1632-1707) preparou a defesa durante seis anos, publicada em 1681, sob o título *De re diplomática libri VI*. A obra refuta a de Papenbroek e foi recebida com grande admiração pelo próprio opositor, assinalando o nascimento da Diplomática e da Paleografia. Baseado em grande acervo de manuscritos e diplomas, o autor estabele-

lece os princípios básicos da Diplomática. Nos quatro últimos capítulos, encontra-se assunto realmente paleográfico: matéria base da escrita antiga e, sobretudo, uma classificação sistemática das escritas. O trabalho é considerado o primeiro tratado de Paleografia, muito embora sofresse várias contestações de contemporâneos, por exemplo, as do Pe. Bartolomeu Germon (1663-1718) e Jean Hardouin (1646-1729), sem que, todavia, fosse afetado o seu imenso valor. Na obra de Mabillon, ainda não aparece o termo paleografia, cabendo a Bernardo Montfaucon (1655-1741), também maurino, a honra de introduzi-lo por ocasião da publicação de seu livro *Paleographia Graeca sive de ortu et progressu Litterarum* (1708). Mabillon é considerado o pai da Diplomática Moderna e também da Paleografia.

A obra de Mabillon despertou interesse em outros países, provocando o aparecimento de livros semelhantes, como o de José Perez (1688) na Espanha, o de Thomas Madox (1702) na Inglaterra e o de Johan Georg Gotfried Bessel (1732) na Alemanha.

Na Espanha, além de José Perez, destacam-se Jesus Muñoz y Rivero, Augustin Millares Carlo e Zacarias Garcia Villada.

Na Itália, a Ciência toma novos rumos com Scipione Maffei (1675-1755). Ele descobriu, na Biblioteca de Verona, velhos códices com escritos de várias épocas e, em seu livro, *Istória Diplomática che serve d'introduzione all arte critica en tal materia* (Mantua, 1727), lança as bases de nova classificação, dando como origem de todas as escritas a romana, sob três formas: maiúscula, minúscula e cursiva. Desta forma, abriram-se novos horizontes para a Paleografia.

As obras de Mabillon e Maffei foram, posteriormente, revistas e completadas pelos maurinos Charles François Toustain (1700-1754) e René Prosper Tassin (1697-1777), que desenvolveram as teses de Mabillon, terminando com as discussões e controvérsias.

Segundo período

Na segunda metade do século XVIII, os estudos paleográficos tomaram vulto e passaram a constituir cátedras universitárias.

Na Alemanha, em Gottingen (1765), foram organizados os "seminare" dirigidos pelo professor Johann Christophe Gatterer (1727-1799), que procurou classificar as escritas segundo as leis de Lineu (regna, classes, ordines, series, partitiones, genera, species). Lá, também, entre os seus sucessores, Carl Traugott Gottlob Schonemann (1765-1802) proclamou a Paleografia e a Diplomática inde-

pendentes, apresentando, ainda, nova classificação para a escrita latina (maiúscula e minúscula).

Na Itália, apareceram as famosas Escolas Superiores de Paleografia em Bolonha, Florença e Milão, que datam de 1765. Destacam-se em tais centros os estudiosos: Adimari, Fumagali, Signorelli, Schiaparelli etc. A iniciativa na França, em 1821, da famosa *École (Royale) des Chartes*, é que dará notável incremento a tais estudos. Nesta escola, grandes estudiosos vão pontificar, inclusive Maurice Prou.

A *Escuela Superior de Paleografía y Diplomática* surgiu na Espanha em 1838. A Áustria, em 1854, fundou o seu *Instituto de Paleografía* enquanto a Inglaterra, só em 1873, criava a sua *Paleographical Society*.

Finalmente é de se ressaltar três fatos importantes que caracterizam o novo período na História da Paleografia, isto é, o período moderno iniciado em fins do século XVIII e desenvolvido no começo do século XIX:

- a) a Paleografia latina afirma-se como ciência distinta das outras;
- b) é aplicada a fotografia na reprodução dos fac-símiles;
- c) novos materiais paleográficos são descobertos, inclusive palimpsestos.

Após o final da primeira metade do século XX, a Paleografia passou a ser vista como uma técnica, com fins mais pragmáticos e objetivos, cada vez mais incorporada aos currículos universitários, deixando de ser uso exclusivo e domínio de poucos.

1.5 Divisões da Paleografia

Quanto ao trabalho desenvolvido, a Paleografia divide-se em:

- a) elementar: quando trata somente da leitura; e
- b) crítica: quando procura deduzir informações sobre material, época, tipo de escrita, tintas, autores etc.

Em relação à ciência que apóia, compreende as seguintes divisões:

- a) Paleografia diplomática: que se ocupa do texto de documentos antigos;
- b) Paleografia bibliográfica: que estuda gêneros de letras em livros anteriores ao descobrimento da imprensa;
- c) Paleografia numismática: que estuda inscrições em moedas, medalhas;
- d) Paleografia epigráfica: que estuda a escrita de lápides e inscrições.

Em relação ao tempo em que foram lavrados os documentos, a Paleografia classifica-se em:

- a) antiga;
- b) medieval;
- c) moderna.

Hoje se aplicam as técnicas paleográficas a documentos contemporâneos, desde que o manuscrito seja incompreensível à leitura.

1.6 Relações da Paleografia com outras ciências

A Paleografia se inter-relaciona com várias outras ciências, primeiramente com duas que dela foram desmembradas:

- a) a Papirologia, que é o estudo de documentos em papiro, especialmente de origem egípcia;
- b) a Codicologia, que estuda os códices medievais, geralmente grafados em pergaminhos.

Também se vinculam à Paleografia, como ciências afins:

- a) a Epigrafia, que trata das inscrições em matérias não brandas (pedra, mármore, osso, madeira, metais). Tanto a Epigrafia quanto a Paleografia se ocupam de textos. Hoje, alguns já vêem a Epigrafia como um apêndice da Paleografia;
- b) a Numismática, que cuida de moedas, medalhas que costumam ter datas, fatos escritos, estabelecendo comparações;
- c) a Sigilografia: que estuda sinetes, selos, lacres onde existe informação escrita. É sinônimo de Esfragística;
- d) a História dos Incunábulos: que estuda os primeiros livros impressos no século XV por Gutenberg e ou precursores da imprensa.

A Paleografia serve-se de ciências que a auxiliam, ao mesmo tempo em que lhes presta serviço. São elas:

- a) a Diplomática, que nasceu junto com a Paleografia, mas que dela se separou, mais tarde, mantendo, entretanto, com ela, inúmeras relações de interdependência;
- b) a Filologia, que estuda a evolução da escrita das línguas juntamente com Lingüística;
- c) a História que, sem o concurso da Paleografia, não poderia reconstituir registros e fatos de diferentes períodos históricos, sobretudo os mais antigos.

Enfim, estabelecendo relação direta com as gerações passadas, a Paleografia auxilia na compreensão das antigas instituições, seus costumes, literatura, crenças, modo de ser etc.

É muito importante nas relações internacionais, pois serve nas questões de limites, fornecendo informações para elucidar divergências judiciais. Contribuindo para o estudo da evolução das línguas, presta serviço à Filologia. E, ao facilitar a compreensão de conteúdo dos documentos, configura-se como ciência auxiliar da História.

A Paleografia tem relação estreita com o Direito e a Arquivologia. O Direito em razão de a Paleografia ler documentos manuscritos, principalmente os cartoriais do passado, subsidiando disputas judiciais.

No que se refere à Arquivologia, indispensável se torna a leitura documental com o objetivo de proporcionar uma exata classificação e descrição do documento.



Noções de Diplomática



2.1 Conceitos de Diplomática

A palavra *diplomática* deriva do Latim *diploma*, originalmente um escrito dobrado em dois, *diplous* (duplo). Diplomática é, portanto, etimologicamente, “a ciência dos diplomas”.

O termo é empregado primeiramente por Mabillon para designar a ciência que estuda os diplomas, isto é, no sentido moderno, o conjunto de documentos de arquivo que possam constituir fontes históricas: cartas, atos, tratados, contratos, registros judiciais e outros documentos oficiais que nos legaram os antepassados e, mais particularmente, a Idade Média.

Dicionários e outras obras especializadas no assunto registram vários conceitos de Diplomática, entre os quais o de Jesus Muñoz y Rivero: “ciência que julga a autenticidade ou falsidade dos documentos antigos por meio do estudo de seus caracteres”.

“É a disciplina que estuda a gênese, forma e transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos representados nele e com seu autor com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza” (CENCETTI).

“É a ciência que nos permite distinguir os documentos autênticos dos falsos ou falsificados e a analisar sua tipologia” (FRANKLIN LEAL).

Conceitos afins:

Diploma: termo utilizado por Jean Mabillon como designativo de documento régio ou privilégio.

Diplomatistas: aqueles que estudam, cultivam a Diplomática.

Documentos diplomáticos: conforme Heloísa L. Bellotto, são os de natureza jurídica que refletem ações e relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, configurando, assim, os documentos públicos.

Categorias de documentos diplomáticos:

a) dispositivos – podendo ser normativos, de ajuste ou de correspondência:

- normativos: lei, ordem de serviço, regulamento etc.;
- de ajuste: tratado, convênio, contrato, pacto etc.;
- de correspondência: intimação, circular, edital, portaria, memorando, alvará.

b) testemunhais – que são os:

*de assentamento: atas, termos, autos de infração etc.;

*comprobatórios: atestados, certidões, traslados, cópias autenticadas;

c) informativos: pareceres, informação, relatórios etc.

2.2 Objeto e fins da Diplomática

A Diplomática estuda:

a) as fases de elaboração e modos de transmissão dos documentos (original ou cópia);

b) a organização e o funcionamento das chancelarias (serviço especial a quem era confiada a expedição dos atos dos soberanos);

c) o estatuto dos Notários que o redigiram;

d) os demais problemas que ajudam a julgar a legitimidade e credibilidade dos documentos.

Portanto, a Diplomática tem como objetivos precípuos julgar a autenticidade dos documentos bem como interpretar o seu conteúdo.

2.3 Origem e evolução da Diplomática

Considera-se precursor da Diplomática o Papa Inocêncio III (1198-1216, período de seu papado), ao emitir as bulas:

a) *Licet ad regimen* (1198), que indicava os modos usados para falsificar bulas;

b) *Pridem eo bulae* (1201), que informava a maneira de distinguir as bulas verdadeiras das falsas.

Inocêncio III preocupou-se em garantir a autenticidade dos documentos pontifícios. Impôs severas penas aos falsificadores e elaborou princípios e regras para a análise de documentos, a fim de descobrir sua falsidade.

No final do século XVII, segundo Mabillon e seus discípulos, a Diplomática devia abranger a Paleografia, a Cronologia, a Numismática e todas as outras disciplinas necessárias para criticar a sinceridade dos atos. Para os Beneditinos do século XVIII, seu objetivo específico era julgar a autenticidade dos documentos de arquivo. Já no século XIX, por influência alemã, a Diplomática restringiu-se à crítica dos atos escritos de conteúdo jurídico. E, a partir da II Guerra Mundial, ela ficou restrita à verificação da veracidade ou da falsidade dos documentos.

A cadeira de Diplomática foi criada, em 1796, na Universidade de Coimbra, sendo, porém, transferida, em 1801, para Lisboa e tendo então a regência de João Pedro Ribeiro.

A Diplomática geral trata dos modos de transmissão de documentos e dos caracteres gerais dos atos.

2.4 Funções da Diplomática

Conforme Aurélio Tanodi, a Diplomática desempenha as funções crítica, jurídica e classificadora:

a) **Função crítica:** função muito importante para os historiadores porque lhes permite distinguir os documentos autênticos, falsos e alterados, determinando sua fidedignidade como fontes históricas ou testemunhos jurídicos;

b) **Função jurídica:** determina as classes documentais como instrumentos jurídicos que comprovem direitos ou que se ocupem de negócios jurídicos;

c) **Função classificadora:** estabelece classes ou grupos documentais, baseada na relação com a entidade produtora e estruturas externa e interna do documento.

2.5 Crítica Diplomática

A Diplomática faz a crítica formal (relativa à forma) do documento, compreendendo dois aspectos:

a) a **crítica externa:** referente à aparência do papel, tipos, tinta, letra, traçado (ductus), estudo do selo etc.;

b) o **estudo do formulário:** análise da forma de compor o documento ou modelos de documentos (item que realmente pertence à Diplomática).

Na crítica dos diplomas, é indispensável considerar sua forma, isto é, o conjunto de caracteres de que se revestem.

Os caracteres podem ser:

a) **extrínsecos ou externos:** referentes à matéria empregada (papel, pergaminho, papiro, tintas, cores, iluminuras, encadernação), à escrita (tipo de letra, assinaturas) e ao selo;

b) **intrínsecos ou internos:** relativos à língua, ao teor e ao texto.

2.6 Tipos de documentos

Nos primórdios da Diplomática, algumas espécies documentais eram mais relevantes:

a) **Diploma:** conforme expressão que os humanistas passaram a usar no século XVI, o diploma era o ato expedido por papas, reis e altas autoridades. Trata-se também de um escrito dobrado em dois, podendo ser fechado (por duas placas de metal reunidas por uma dobradiça) ou selado (como os diplomas militares dos romanos), devido ao seu caráter sigiloso;

b) **Carta:** o nome deriva de "charta", dado em geral a folhas de pergaminho e eventualmente a folhas de papel. Este termo também designa: um documento dispositivo, revestido de todas as formalidades requeridas para garantir a autenticidade e mediante a qual se completava o ato jurídico; documentos menos solenes e particulares (a partir do Renascimento) e, enfim, todo e qualquer documento de mediano valor;

c) **Notícia:** trata-se de instrumento probatório destinado a perpetuar a memória de um ato jurídico já realizado e a servir de prova, se necessário. A Carta de Caminha é um exemplo deste tipo de documento;

d) **Cartulário:** do latim "chartularium", designava livros ou rolos em que se transcreviam ou reuniam privilégios, direitos, títulos de propriedade de uma pessoa ou corporação para facilitar a consulta dos documentos e evitar sua deterioração ou perda. Os Cartulários apareceram no séc. IX e possuem grande valor histórico por terem salvo muitos documentos cujos originais se perderam. Da perspectiva estritamente diplomática devem ser vistos com certa reserva, pois misturam documentos falsos e verdadeiros. São no entanto importantes porque nos permitem conhecer inúmeros atos hoje desaparecidos.

e) **Bula ou "bolla":** tratava-se de documento pontifício relativo a matérias de fé ou de interesse geral, concessão de graça ou privilégio, assuntos judiciais ou administrativos expedidos pela Chancelaria Apostólica. Escrito em pergaminho

amarelado e espesso, este documento papal era validado com selo de chumbo, em forma de bola e assinado. Daí a origem de seu nome;

f) **Registros:** livro ou rolo onde se transcreve por extenso ou resumidamente todos os atos oriundos de uma instituição. O registro é feito pelo expedidor enquanto o cartulário é obra do receptor do documento. Apesar de o registro ser uma cópia, ele gera originais ou neo-originais;

g) **Letra:** deriva de *littera*, em latim, e significa documento particular no qual a garantia é a letra do autor;

h) **Escritura:** termo usado para exprimir contratos particulares passados posteriormente em escritórios notariais;

i) **Testamento:** ato pelo qual alguém dispõe de seus bens para após a sua morte;

j) **Ata:** documento que registra um acontecimento concomitante a sua realização;

l) **Instrumento:** de origem germânica, para qualquer outro documento se refere a qualquer documento complementar.

2.7 Documentação portuguesa

a) Características do material

O material mais utilizado na documentação primitiva era o pergaminho, comum até os fins do século XII.

No reinado de D. Diniz (fins do século XIII e início do XIV), introduz-se o uso do papel para alguns documentos públicos. Tido como de qualidade não tão boa, preferia-se o pergaminho para os documentos mais importantes. Data de 1334 o documento mais antigo de língua portuguesa redigido em papel.

No século XV, Afonso V, nas "Ordenações Afonsinas", dita normas quanto ao uso deste material.

b) Características da língua

Os primeiros documentos de Portugal, datados do século IX ao XII, eram escritos em latim bárbaro (vulgar).

Após a formação do Reino do Portugal (século XII), a documentação é escrita em português. Porém, a correspondência internacional permanecia em latim, bem como os documentos monacais.

No século XIII, D. Diniz obriga o uso do português, continuando em latim a correspondência das relações internacionais.

O Clero português emprega o latim nos documentos até o século XV.

2.8 Análise diplomática do documento

O documento diplomático pode ser decomposto em: protocolo inicial, texto e protocolo final ou escatocolo.

Protocolo inicial

Este elemento pode ou deve ter quatro subdivisões:

- a) invocação divina, às vezes, em forma abreviada (“em nome da Santíssima Trindade...”, “In Dei nomine ...”);
- b) titulação, compreendendo o nome e título do autor;
- c) direção, destinatário, que pode ser individual ou coletivo;
- d) saudação breve, nem sempre presente, muitas vezes, redigida de forma abreviada (“Vos envio muita saúde”; “S” = Saúde).

Texto

É o corpo, a alma do documento. Constitui-se das seguintes partes:

- a) preâmbulo: tido mais como um ornamento, de aspecto literário, para chamar a atenção sobre a utilidade do documento, também denominado “arenga” (conversa fiada);
- b) notificação: dá conhecimento a uma ou várias pessoas;
- c) exposição ou *narratio*: mostra as causas que tornaram necessário o ato;
- d) dispositivo: parte mais importante, essência do documento, expressa a vontade do autor;
- e) sanção: cláusulas finais expressando uma punição, pode apresentar-se sob as seguintes formas: cominatória ou de sanção, explicitando a pena em que se vai incorrer (espiritual ou penal, uma maldição);
- f) corroboração: expressa o empenho de bens em garantia. Também pode ter o sentido de renúncia a determinadas coisas ou de corroboração, quando a pessoa que recebe o documento é obrigada a divulgá-lo.

Protocolo final ou escatocolo

É a parte final do documento. Divide-se em:

- a) subscrição ou assinatura – do autor;
- b) datação: consiste na localização do documento no tempo e no espaço (dia, mês, ano, era, às vezes, hora, cidade, vila etc.). A datação consiste nas datas tópica e cronológica;
- b) precação: constituída por dois elementos:
 - assinatura de testemunhas ou a quem foi delegada a execução do ato;
 - sinais de validação: selo e carimbos.

2.9 Gênese ou elaboração dos documentos

A gênese ou elaboração dos documentos trata do estudo de como os documentos surgem na sociedade e também tem efetiva importância, quando da análise diplomática, ao facilitar a questão do documento autêntico, falso ou falsificado.

Na elaboração de documento, tem-se suma importância a qualificação das pessoas que participam de sua gênese ou criação.

Estas pessoas são: o Autor ou Outorgante, o Destinatário ou Outorgado e, eventualmente, o Rogatário ou Outorgante.

O Autor ou Outorgante é a pessoa que elabora o documento ou a pessoa por ordem ou em nome de quem se lavra o documento. É aquele que passa o documento mesmo quando não o elabora materialmente, mas o que manda escrevê-lo. O Autor ou Outorgante transmite a outrem direitos e poderes seus.

O Destinatário ou Outorgado é aquele em favor de quem o documento é lavrado. Normalmente é o maior interessado no documento e é ele que recebe poderes e direitos.

Quando, na elaboração dos documentos, pode haver a participação de terceiros que são: os roгатários (advogado) que elaboram o documento a pedido das partes como, por exemplo, os advogados ou os mandatários que elaboram os documentos por dever de ofício, como os funcionários cartoriais.

Ainda na elaboração dos documentos podemos ter duas fases geradoras. A primeira é a Ação ou Negócio, que compreende todos os momentos anteriores à verdadeira elaboração do documento e se compõe de três partes: a petição ou requerimento, a intercessão e a permissão.

A segunda fase é a Lavratura quando o documento é elaborado e também se compõe de três partes: a redação, o reconhecimento e a validação ou corroboração.

2.10 Modos de tradição dos documentos

Tradição é a maneira de transmitir os documentos à posteridade, sendo formas de tradição os originais e as cópias.

Originais:

a) Originais múltiplos

Desde a mais remota Antigüidade já existia o hábito de fazer-se mais de um documento original, geralmente nos contratos com mais de um interessado, com valor jurídico, lavrados pela mesma autoridade que lavrou o original; nas leis, com o objetivo de garantir a conservação do texto, caso se perdesse um exemplar; nos tratados de paz e convênios etc.

b) Pseudo-originais ou falsificações

Ao lado dos verdadeiros originais encontram-se os forjados por:

- interesse (demonstrar legitimidade de pessoas);
- ambição (mostrar títulos que não possui, por exemplo, de nobreza);
- adulação (de pessoas que ocupam cargos elevados);
- temor (de castigos).

Um documento diplomaticamente autêntico pode ser historicamente falso. Um documento lavrado pela autoridade ou funcionário ludibriados por partes ou baseado nos novos originais, é diplomaticamente autêntico, embora historicamente possa ser falso.

c) Renovações ou neo-originais

Muitos documentos foram destruídos na Idade Média e também em nossos tempos, devido a guerras, invasões bárbaras, incêndios e outras calamidades. Havia necessidade de reaver títulos e privilégios perdidos pelas catástrofes. Vivendo ainda o autor, pedia-se-lhe uma "renovação"; sendo morto, solicitava-se à municipalidade um novo documento de "renovação"; lavravam-se então dois documentos. Um era entregue ao destinatário e outro era fixado em praça pública ou às portas do mercado (mais ou menos durante três dias). Se alguém tivesse provas contrárias à veracidade das afirmações do suplicante, devia apresentá-las à municipalidade (costume romano). Os francos imitaram este costume: a petição era enviada ao conde ou bispo, apresentando-se testemunhas aos vizinhos. No fim do prazo de três dias, o título era validado pelo magistrado e entregue ao suplicante na forma de um novo original: neo-original.

Sob os merovíngios, a petição era enviada ao rei; este, por sua vez, ou a chancelaria elaborava, então, o documento.

Com o fim de se evitar a renovação de atos que nunca existiram, adotou-se, em todas as chancelarias, o costume de conservar o texto dos diplomas expedidos. Surgiram os registros, e as renovações passaram a ser tiradas dos livros de registros.

Essas cópias podem ser consideradas neo-originais e têm o valor histórico e jurídico dos originais.

Confirmações

A partir do século XI, reis ou nobres, ao subirem ao trono ou ao ocuparem o lugar dos pais, costumavam confirmar as graças, doações e outros favores de seus predecessores. As confirmações eram feitas, via de regra, a pedido dos interessados. Consistia numa simples assinatura ou num novo diploma, contendo *in extenso* todo o anterior.

A confirmação é um ato jurídico. No século XIII, toma forma especial: o *vidimus*.

Vidimus

No começo do século XIII, cresceu o costume de se transcrever, nas confirmações, que o autor relata ter visto, lido, inspecionado o documento. Atesta ser autêntico e digno de fé o diploma. Descreve o material, a cor, a integridade dos selos, a letra, o estado de conservação do documento etc. No final do texto, o autor diz que, a pedido do interessado, passou o *vidimus* autenticado com o seu sinal público.

O *vidimus* emanava dos soberanos, dos nobres feudais, dos bispos ou de repartições oficiais.

O valor jurídico deste diploma depende do primitivo.

Para os diplomatas, são documentos autênticos e podem ser considerados originais, embora sejam cópias. A partir do século XVI, foram substituídos pelas cópias.

Cópias

Os dois pólos da tradição diplomática são os originais e as cópias, e, em torno deles, agrupam-se os escritos que transmitem o conteúdo dos documentos.

Tudo que não é original é anterior ou posterior a ele (minutas e grupos de cópias, existentes ou que substituem um original desaparecido). A finalidade da cópia é reproduzir um original.

Cópias figuradas ou imitativas

Na Alta Idade Média, os copistas não previam que o manuscrito não fosse original, reproduzindo cópias que imitavam o original e seus caracteres exteriores.

O que reproduz o teor do diploma é a figuração gráfica. Peça difícil de julgar. Nem sempre há má intenção. Às vezes, no lugar do selo do autor, aparece o selo do destinatário ou possuidor, indicando ótima intenção. Foram usadas desde antes das cópias autênticas (forma comum na Renascença). Essas cópias figuradas ou imitativas, quando baseadas em originais autênticos, são de valor diplomático, jurídico e histórico.

a) Cópias livres

As cópias livres não têm formalidade diplomática ou jurídica; sem sinais de validação, sem formulário apropriado, pertencem mais ao domínio da crítica histórica do que da Diplomática.

b) Cópias autógrafas

As cópias autógrafas são feitas pela mesma pessoa (autor) que lavra o documento autêntico. Primeiras na ordem de valor jurídico e diplomático, são as mais próximas dos originais, podendo, às vezes, ser consideradas como tais (ver originais múltiplos).

c) Cópias autênticas ou certificados

As cópias autênticas ou certificados são feitos e autenticados com sinais públicos da autoridade de chancelaria ou pelos notários públicos. Podem ser posteriores ou contemporâneos ao original. Legitimam-se por meio de sinais e subscrições do notário outorgante. Como no caso do *vidimus*, o notário só se refere à autenticidade da cópia, mas não à sinceridade do original.

O costume iniciou-se na Toscana (Itália), no século IX; no decurso do século XI espalhou-se para a Europa.

Registros e cartulários

Incluem-se nas cópias o grande número de registros de diplomas das chancelarias pontifícias, imperiais e senhoriais, e os cartulários dos mosteiros, castelos, casas pias, comunas, corporações. Nos registros das chancelarias, são copiados por extenso ou parcialmente os diplomas a serem expedidos e publicados, ficando guardados nos arquivos, para controle dos direitos concedidos aos súditos. São materiais mais úteis aos historiadores do que aos diplomatas. Os cartulários contêm cópias de documentos e conservam-se para fins jurídicos e históricos. Não possuem autenticidade se não forem lavrados pelos notários públicos.

Cartulários são códices contendo transcrições de documentos referentes a um determinado lugar ou negócio. Historicamente são fontes abundantes e valiosas. Textos que foram copiados séculos após, apresentam o problema que o copista já não compreende a linguagem do antigo documento, porém julgando-se mais erudito, dá-se o direito de corrigir a linguagem dos antigos diplomas, transformando o estilo e chegando à deturpação involuntária do conteúdo. São organizados segundo ordem cronológica, geográfica, por assunto, pela aparência do livro, tipologia, miscelânea.

2.11 Distinção entre Paleografia e Diplomática

Tanto a Paleografia como a Diplomática tratam de textos, mas com pontos de vista diversos.

Enquanto a Paleografia lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto (letras, números, abreviaturas, ligações e outros sinais gráficos), a Diplomática se ocupa de seus caracteres intrínsecos (idioma, teor, estilo). Se a Paleografia se interessa pelo documento em si, traçando regras para a sua tradução e decodificação formal, a Diplomática faz a interpretação do texto, explora o seu teor e conteúdo, analisa a língua e o estilo e verifica a autenticidade do documento.

Dir-se-ia que uma cuida do corpo e a outra, da alma do texto.

A Diplomática ao tratar dos documentos encontra sempre neles nomes de pessoas (que é estudado pela Antroponímia), nomes de lugares (que é estudado pela Topologia) e datas (que são pertinentes à Cronologia).

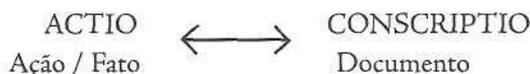
A *Antroponímia* estuda a origem dos nomes e dos sobrenomes ou nomes de família o que está diretamente ligado à legitimidade dos documentos.

A *Toponímia*, ao tratar da evolução e da mudança de nomes de lugares, presta imensos serviços à Diplomática por informar nomes antigos de lugares citados nos documentos.

Por fim, a *Cronologia*, que estuda as diversas formas de datar os fatos e acontecimentos humanos, pode ser útil ao estudo e à análise documental por precisar as variações passadas de datação.

2.12 Análise tipológica

A relação da Diplomática com a Tipologia está em que, enquanto a primeira trata da configuração interna do documento, dando atenção à unidade documental, a Tipologia considera esta unidade integrante de um conjunto documental acumulado organicamente.

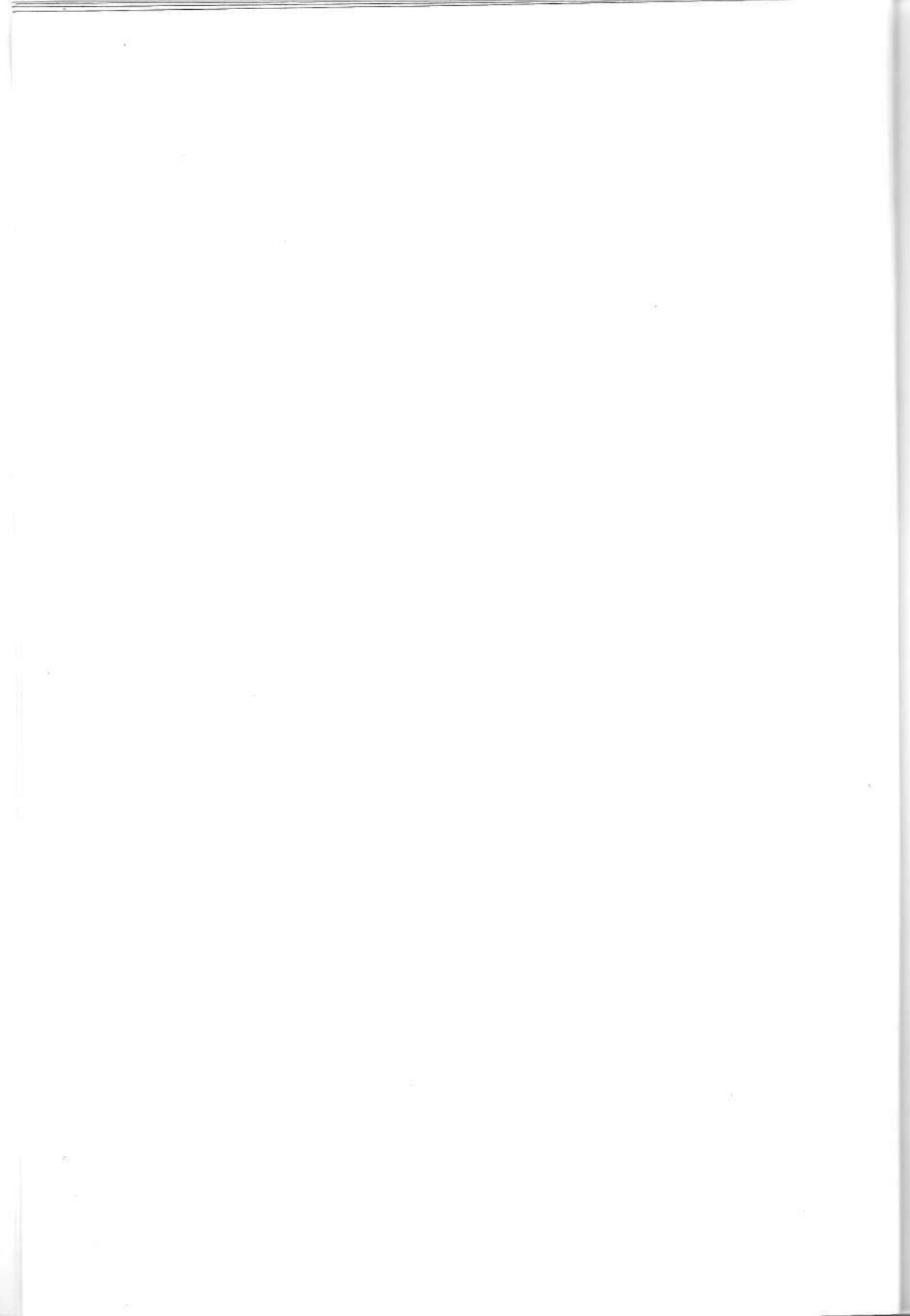


Exemplos: Fato/Ato – nascimento
 Documento – certidão
 Certidão de nascimento – tipo documental
 Certidão – espécie documental

Ao se elaborar uma análise tipológica, deve-se observar os seguintes aspectos:

- Entidade produtora/acumuladora;
 *subdivisões/funções
- Destinatário;
- Legislação: que cria a série/função/atividade;
- Tramitação/ fluxos documentais;
- Documentos básicos;
- Ordenação: posição na série e no fundo;
- Conteúdo: classe de dados comuns a todos os exemplares da tipologia analisada;
- Vigência: qualidade fixada por lei que apresenta um documento enquanto permanecem efetivos e válidos os encargos e disposições nele contidos;
- Eliminação: destinação que consiste na possibilidade de destruição do documento ou dos documentos de uma série.

A Escrita e sua Evolução



3.1 Conceitos de escrita

A palavra *escrita* vem do verbo latino *scribere*, que significa traçar caracteres, escrever, fazer letras.

Em sentido amplo, a escrita compreende qualquer sistema semiótico de carácter visual e espacial. Em sentido restrito, designa a notação de carácter visual e espacial da linguagem verbal.

Segundo Voltaire, “a escrita é a pintura da voz”. David Diringer a define como “a expressão gráfica do discurso, a fixação da linguagem falada de forma permanente ou semi-permanente”. Para C. Higounet, trata-se da “expressão gráfica da linguagem”.

3.2 Origem e desenvolvimento da escrita

A origem da escrita perde-se na neblina dos tempos. Se comparada ao desenvolvimento intelectual da humanidade, data de um passado recente, pois não há provas concretas de qualquer sistema completo de escrita antes do século IV a.C.: a História testemunha seu primeiro uso entre 4000 e 3000 a.C. Entre as mais antigas, estão a escrita sumeriana, a acadiana, a egípcia e a chinesa. De qualquer forma, era considerada tão importante pelos antigos povos que esses atribuíam sua invenção a deuses e heróis.

3.2.1 Fases da escrita

Cada povo tinha seu sistema gráfico, e pode-se afirmar que a história da escrita se caracterizou mais propriamente por um processo de sucessão que de evolução, embora se reconheçam as seguintes fases:

a) *Escrita embrionária*

São figuras de animais, modelos geométricos, várias espécies de objetos, sem qualquer relacionamento com a escrita sistemática, limitando-se a fixar as idéias de forma estática. Esta fase rudimentar da escrita remonta a 20000 a.C., ou seja, ao Homem do Paleolítico Superior.

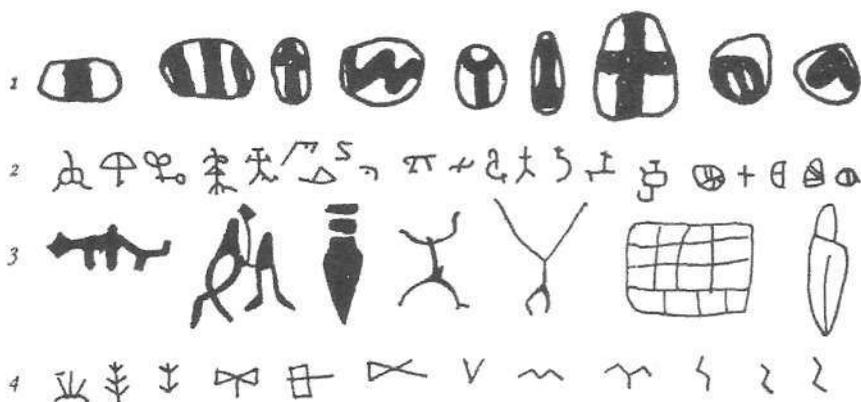


FIGURA 1- Escrita embrionária (Fonte: DIRINGER, 1968, p. 28).

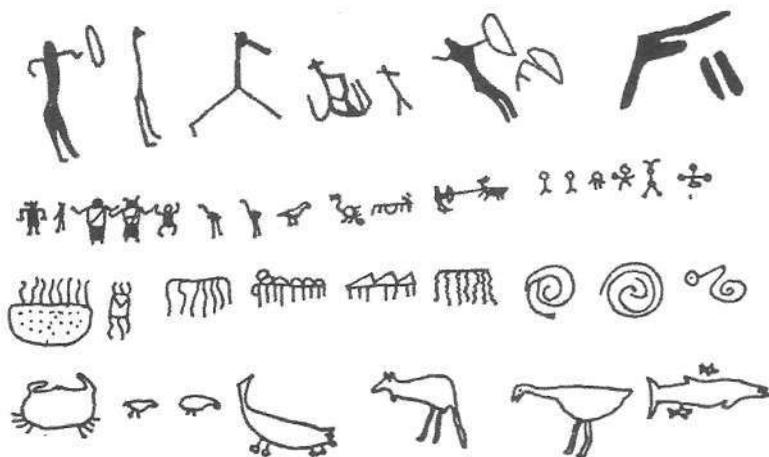


FIGURA 2 - Escrita embrionária (Fonte: DIRINGER, 1968, p. 28).

b) *Pictografia*

A pictografia, ou sinal que significa o objeto representado, pode referir-se a uma seqüência de planos ou idéias de uma narrativa. Já pressupõe um processo de análise e abstração que está presente na escrita sistemática. A pictografia não se lê, interpreta-se.

Exemplos:

Pictografia americana:

peixe 

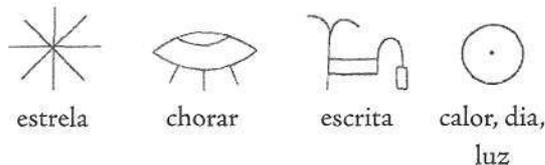
boi 

Pictografia egípcia:

peixe 

c) *Ideografia*

É uma linguagem simbólica em que cada palavra ou grupo de palavras essenciais da frase tem símbolo individual ou fixo, representando uma idéia abstrata, uma qualidade, uma ação. É o caso da figura do sol conotando calor, dia, luz.



Exemplos de escrita ideográfica da atualidade são os sinais de trânsito, os algarismos romanos, os sinais aritméticos, a escrita chinesa etc., bem como os seguintes:



FIGURA 3 – Escrita ideográfica atual (Fonte: ESCOLAR SOBRINO, 1974, p.37).

d) Silabografia

Trata-se de um sistema em que cada sílaba tem sua representação própria, como na escrita japonesa.

e) Fonografia ou sistema fonético

Neste sistema, cada som tem seu símbolo individual, chamado letra. Remonta aos fenícios, que aperfeiçoaram e divulgaram o alfabeto; é adotado em todas as línguas ocidentais e por algumas línguas orientais.

3.2.2 Hipóteses sobre a origem da escrita

Segundo Hipólito Escolar Sobrino, várias razões podem ter induzido o homem a utilizar a escrita. Dados e mensagens considerados valiosos o fizeram tentar fixá-los para garantir sua exatidão e informação correta posterior. Como a escrita passou a ter grande importância e sua utilização já se havia consolidado, os povos não sabiam explicar como se originou nem como evoluiu. Consideravam-na presente dos deuses. Daí a dificuldade ou impossibilidade de saber-se, com certeza, qual a causa primordial ou primeira de seu aparecimento. Provavelmente, não foi a mesma em todos os povos, nem a única, e sim a confluência de várias causas.

Podem ser estabelecidas quatro possíveis hipóteses sobre a origem da escrita: religiosa, política, literária e administrativa.

a) Hipótese religiosa

Os textos mais antigos geralmente eram os religiosos. Daí pensar-se que a escrita nasceu para transmitir aos homens a origem, ação e qualidade dos deuses, as normas morais e sociais a serem cumpridas e os comportamentos do homem para conseguir ajuda divina (rito, pregação etc.). Essa hipótese não parece provável porque alguns povos registraram os textos religiosos quando a escrita já estava aperfeiçoada e outros povos transmitiram oralmente a religião, como os árias, na Índia, há 4.000 anos.

b) Hipótese política

Os textos políticos mais primitivos tratavam de comemorações de façanhas guerreiras ou de medidas administrativas relevantes que os soberanos desejavam deixar para que as gerações posteriores lhes reconhecessem o mérito ou para consolidar valores sociais. Essa hipótese tampouco justifica o nascimento da escrita,

porque a fase em que foram registrados nomes de deuses, governantes, lugares, bem como pequenas frases (fonograma) é posterior.

c) *Hipótese literária*

Os cantos e poemas literários surgem com as primeiras sociedades e muito antes da escrita. Seu caráter popular e anônimo faz com que não sejam transcritos. A recitação tinha mais valor. Então não havia sentido em registrá-los para leitura individual de alcance de poucos privilegiados. A forma oral era desfrutada por todos, aglutinando, assim, o pensamento social do povo. Essa hipótese também não parece provável.

d) *Hipótese administrativa*

É a hipótese mais provável. A escrita teria nascido para resolver problemas burocráticos das sociedades, anotar registros precisos e extensos de produções agrícolas, registros comerciais (débito/crédito), a fim de ajudar a memória, além do que podiam ser consultados por várias pessoas durante muito tempo. A confecção dos registros e sua custódia estava a cargo da classe sacerdotal que, no princípio, acumulava as funções administrativa e religiosa. Começa, então, o desenvolvimento da escrita, aperfeiçoada ao ser transmitida aos novos membros do sacerdócio. A escrita passa, então, a ser utilizada com fins políticos e religiosos. Mas a causa administrativa não é suficiente como marco de nascimento da escrita, porque numerosos povos que não a conheceram possuíam normas jurídicas, econômicas e morais transmitidas oralmente.

3.2.3 Hieróglifos e escrita cuneiforme

Os estudos dos hieróglifos e da escrita cuneiforme são abordados para melhor compreensão e aprofundamento no conhecimento da evolução da escrita, não sendo, entretanto, objetos de estudo da Paleografia.

A palavra vem do grego *hieros* (sagrado) e *glyphen* (gravar). Assim, poderíamos dizer que se trata de uma “escrita sagrada”.

Essa escrita, utilizada pela civilização egípcia, data de cerca de 3000 a.C. Evoluiu de uma fase pictográfica, passando pela ideográfica e fonética, para constituir-se, depois, em alfabética, com 24 consoantes e não apresentando vogais.

Os tipos de escrita egípcia eram três: hieróglifo, hierático e demótico.

Escrita mais primitiva, o *hieróglifo* era utilizado exclusivamente pelos escribas em monumentos. O *hierático*, tipo de escrita mais simplificado, era empregado em inscrições em couro, tecido e papiro. Também aparece em textos religiosos. Derivada do hierático, o *demótico* caracterizava-se como uma escrita popular e apresentava alguns termos gregos. Tanto o demótico como o hierático, eram escritas cursivas. O *demótico* foi uma forma de escrita que surgiu somente no último milênio antes de Cristo e era de qualidade inferior.

Com o domínio romano e o fortalecimento e penetração do Cristianismo, inicia-se o desaparecimento dos hieróglifos, no século IV ou V d.C.

Por imposição do Cristianismo, surge uma nova escrita, derivada do grego, chamada *copta*.

A decifração dos hieróglifos foi objeto de estudo desde a Antiguidade. Saliem-se os estudos de Atanásio Kircher (séc.XVII), Carsten (séc.XVIII) e Zoega (1797). Porém, a decifração deu-se após estudos feitos por Thomas Young, sendo definitivamente completada por Jean François Champollion ao decodificar a Pedra da Roseta (1822).

A Pedra da Roseta, encontrada pelas tropas francesas em 1799, apresentava uma inscrição bilíngüe (egípcio e grego) em hieróglifo, demótico e grego, tratando-se de um decreto do faraó Ptolomeu V Epifano (196 a.C.). Champollion, a partir da decifração da Pedra de Roseta, lançou os fundamentos da moderna Egptologia.



FIGURA 4 – Pedra de Roseta (Fonte: DIRINGER, 1968, Lâmina 16).

Escrita cuneiforme

O termo *cuneiforme* vem do latim *cuneos*, “cunha”, e *forma*. Esta “escrita em forma de cunha” foi usada por vários povos do Oriente Próximo. Era uma combinação de cravos triangulares gravados com regularidade em tabuinhas de argila. Também se chamou escrita sumério-acadiana e é considerada o sistema mais antigo de escrita até hoje conhecido.

Apareceu na Mesopotâmia por volta da metade do IV milênio a.C., e sobre sua origem nada se sabe de concreto. Há várias explicações. Teria sido criada pelo deus Nabre e pela deusa Tachméton.

Utilizava-se, para escrever, o estilete de cana, osso, madeira ou metal de ponta triangular, o “stylus”.

“Stylus”: 

Tipos de escrita cuneiforme eram o *persa*, o *hitita* e a *escrita ugarítica*.

A direção normal da escrita se fazia da esquerda para a direita e os caracteres eram dispostos basicamente em três posições:

a) perpendicular:



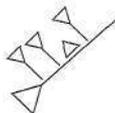
b) horizontal:



c) oblíqua:



A escrita cuneiforme evoluiu da fase pictográfica para a fonética. Mas havia dificuldade para ler e escrever: um sinal tinha vários valores fonéticos. Por exemplo:



Esse sinal representava os sons: ur, lik, liq, tash, tas, dash, das, tish, tiz e tis.

Pictógrafo original	Pictógrafo em posição cuneiforme	Cuneiforme antigo	Assírio clássico	Significado
				céu Deus
				Terra
				homem
				mulher
				pidenda
				montanha
				mulher rapa
				riga-escrava
				cabeça
				boca
				falar
				comida
				comer
				dentro
				de água
				beber
				ir
				ficar
				passaro
				peixe
				boi
				vaca
				grão de
				cevada
				claridade
				arar
				cultivar

FIGURA 5 – Evolução de alguns símbolos da escrita cuneiforme (Fonte: DIRINGER, 1968, p.40).

Utilizavam-se, então, alguns recursos para auxiliar na leitura:

- a) os determinativos: sinais que não se pronunciavam, mas que sugeriam a idéia geral das palavras junto às quais figuravam;

b) os complementos fonéticos: sinais usados para marcar parte da pronúncia da palavra.

No momento máximo de sua expansão, a escrita cuneiforme contava 400 a 500 sinais. Depois se tornou uso exclusivo dos sacerdotes, juristas e astrônomos. Durante o século V a.C. foi abolida da correspondência particular e comercial e, no final do século, escrituras legais e documentos semelhantes deixam de ser escritos em cuneiforme. Com a Era Cristã, caminha rapidamente para a extinção, sendo o ano 75 d.C. a data da última prova de seu uso.

Decifração dos cuneiformes

As mais antigas referências de estudos sobre os cuneiformes datam do século XVII, quando um viajante italiano, Pietro Della Vale, enviou as primeiras cópias de inscrições para a Europa. O alemão Engelbert Kampfert, no século XVIII, criou a expressão "cuneiforme". Heródoto, entretanto, havia chamado este tipo de escrita de "Assyria Grámmata".

Vários estudiosos contribuíram para a decifração da escrita cuneiforme, dentre os quais Karsten Niebuhr, Paulo Emílio Botta, George Friedrich Grotefend e Lassen.

Em 1835, Henry Rawlinson estudou a inscrição trilingüe de Behistum, a qual registra os feitos de Dario, o Grande (521-486 a.C.). Esta inscrição estava redigida em persa antigo, elamita e babilônico.

Em 1857, a *Royal Asiatic Society* pôs à prova a tradução de uma inscrição assíria a quatro especialistas: Rawlinson, Talbot, Hinck e Oppert. As quatro leituras apresentavam notável concordância. Nessa data, considera-se definitivamente decifrada a escrita cuneiforme sumério-acadiana.

3.3 Tipos de alfabeto

3.3.1 O alfabeto fenício

O território fenício compreendia uma pequena faixa na costa oriental do Mediterrâneo, região fértil e amena, limitada a leste pelo Mediterrâneo e a oeste pela Cadeia do Líbano. Suas principais cidades eram Sidon, Tiro, Ugarit, Biblos, entre outras.

Os fenícios eram marinheiros e comerciantes. De origem semita, habitaram a região por volta de 2750 a.C. até o século V a.C. Foram os primeiros navegadores, construíram frotas numerosas, tinham intensa atividade comercial e fundaram colônias.

Com o desenvolvimento do comércio, vão utilizar um veículo importante: a escrita.

Origem do alfabeto

A origem do alfabeto é nebulosa. Não se sabe ao certo o momento e o lugar de seu aparecimento. A teoria mais aceita indica o final do II milênio a.C., nas regiões da Palestina e Síria, mais provavelmente nas cidades da costa: Tiro, Biblos e Ugarit.

Uma antiga tradição atribui aos fenícios a invenção do alfabeto. Mas há dúvidas se eles foram os criadores ou se aproveitaram dos sistemas de escrita que existiam.

Segundo Heródoto, Cadmos teria inventado o alfabeto.

Alguns autores acreditam que a escrita fenícia derivava dos cuneiformes, outros da escrita hierática e outros, ainda, dos cipriotas, hititas, cretenses etc., mas as lacunas são muitas.

Os fenícios criaram seu alfabeto com o objetivo de ampliar e conservar o comércio. Simplificaram a escrita mediante o emprego de poucos sinais com o valor de consoantes.

De qualquer modo, devemos atribuir aos semitas a invenção do alfabeto. Derivava do velho idioma semita do grupo cananeu ao qual os fenícios pertenciam e que era parecido com o hebreu. O ramo cananita dividiu-se em duas formas diferentes de escrever o mesmo alfabeto: hebraico antigo e fenício.

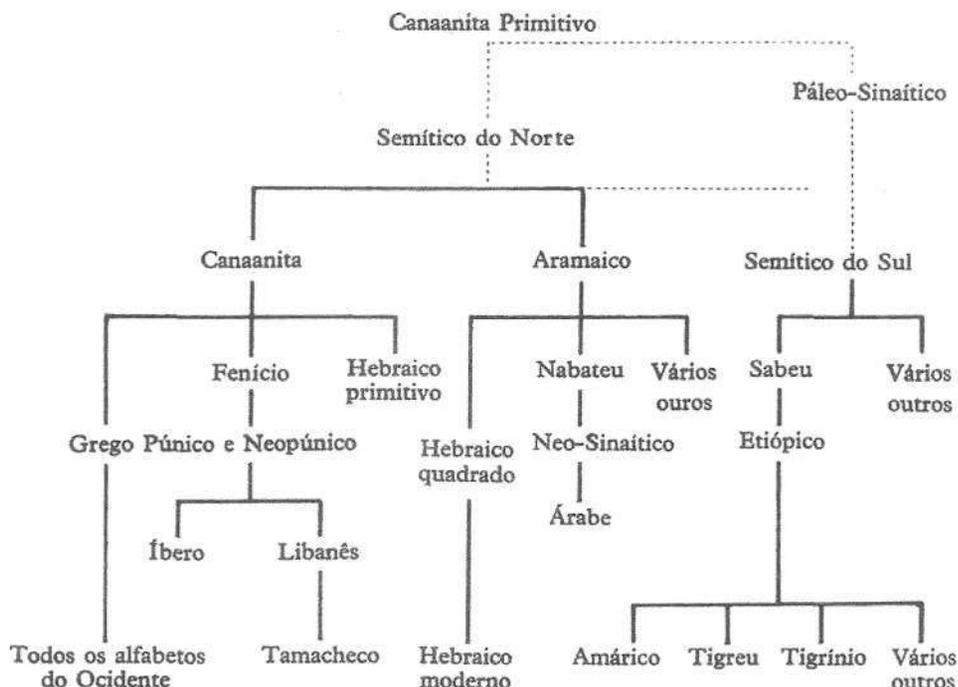


FIGURA 6 – Principais ramificações do norte-semítico e do sul-semítico. O pontado representa as ligações prováveis (Fonte: DIRINGER, 1968, p. 123).

Características da escrita fenícia

A escrita fenícia apresentava as seguintes características:

- escrita literal – de letras, não de sílabas;
- não apresentava vogais, a língua tinha pouca entonação e as vogais desempenhavam papel subsidiário como flexões;
- escrita horizontal, da direita para a esquerda;
- 22 símbolos;
- aspecto esguio e alongado.

Nome da letra	Valor fonético	Norte-Semítico	Fenício Antigo	Fenício Moderno	Neo-Púnico
aleph	ʾ	𐤀	𐤁	𐤂	𐤃
beth	ב	𐤄	𐤅	𐤆	𐤇
gimel	ג	𐤈	𐤉	𐤊	𐤋
daleth	ד	𐤌	𐤍	𐤎	𐤏
he	ה	𐤐	𐤑	𐤒	𐤓
waw	ו	𐤔	𐤕	𐤖	𐤗
zain	ז	𐤘	𐤙	𐤚	𐤛
heth	ח	𐤜	𐤝	𐤞	𐤟
ṭeth	ט	𐤠	𐤡	𐤢	𐤣
yod	י(i)	𐤤	𐤥	𐤦	𐤧
kaph	כ	𐤨	𐤩	𐤪	𐤫
lamed	ל	𐤬	𐤭	𐤮	𐤯
mem	מ	𐤰	𐤱	𐤲	𐤳
nun	נ	𐤴	𐤵	𐤶	𐤷
samek	ס	𐤸	𐤹	𐤺	𐤻
ʿain	ʿ	𐤼	𐤽	𐤾	𐤿
pe	פ(ph)	𐥀	𐥁	𐥂	𐥃
ṣade	ס	𐥄	𐥅	𐥆	𐥇
qoph	ק	𐥈	𐥉	𐥊	𐥋
reš	ר	𐥌	𐥍	𐥎	𐥏
šin	sh-s	𐥐	𐥑	𐥒	𐥓
taw	ת	𐥔	𐥕	𐥖	𐥗

FIGURA 7 – Ramos do alfabeto fenício (Fonte: DIRINGER, 1968, p. 129).

Decifração

Canon Pococke levou para Oxford algumas inscrições de Chipre, que foram traduzidas pelo inglês J. Swinton, conservador dos Arquivos da Universidade de Oxford, em 1750.

Em fins do século XVIII, o Pe. Barthélemy (Paris) fez a decifração de uma inscrição bilíngüe (fenício e grego) encontrada em Malta, graças aos seus conhecimentos de grego, hebraico e de moedas orientais. A decifração se deve à ligação estreita do fenício com o hebreu (da Bíblia).

Legado

A forma das letras fenícias foram trazidas para o Ocidente em torno do século X. O alfabeto foi o maior legado dos fenícios. Este deu origem a outros alfabetos: árabe, hebreu, siríaco e a todas as escritas alfabéticas ocidentais.

O alfabeto é considerado um dos grandes acontecimentos do progresso humano, pois permitiu a universalização do pensamento escrito.

3.3.2 O alfabeto grego

Origem da escrita grega

Os cientistas concordam hoje que o alfabeto grego descende do alfabeto semita. A prova de que o grego vem do fenício são as letras: alfa, beta, gama, delta etc.

Os próprios gregos acreditavam numa fonte oriental. Conta a tradição que Cadmo foi à Grécia, para onde teria levado o alfabeto fenício. Heródoto referia-se a essas letras como "*Phoinikéia grammata*", isto é, caracteres fenícios. Platão pensava que a fonte era o Egito. E, segundo outra lenda, Mercúrio teria sido o criador. Como era o deus dos comerciantes, a relação com os fenícios fica estabelecida.

As inscrições gregas mais antigas foram descobertas em Atenas, Argólida e ilha de Thera e Melos.

Por volta do século XV a.C., a língua grega foi grafada pela escrita Linear B (escrita silábica) e caiu em desuso por volta de 1200 a.C. A escrita Linear B era usada em Creta e na Grécia Continental. Foi decifrada por Michael Ventris e era composta de 89 caracteres.

O contato com o Oriente fez os helenos conhecerem o alfabeto fenício, abandonando a escrita linear B e passando a utilizar o outro alfabeto, que era mais simplificado.

Na coluna do rei Meshu, encontraram-se caracteres quase fenícios. Essa semelhança prova o vínculo dos gregos e fenícios.

Em meados do século IV a. C., o alfabeto jônico foi oficialmente instituído em Atenas (403 a.C.), substituindo todos os alfabetos locais. Posteriormente, todas as outras cidades passaram a adotá-lo. Tornou-se a escrita clássica dos gregos.

Adaptações e alterações

Os gregos empregaram 22 sinais fenícios, adaptados conforme as circunstâncias locais. As alterações são decorrentes da situação geográfica, dos meios de difusão e comunicação e também pelo fato de que a escrita entre os gregos não se restringia a uma só classe privilegiada, mas estendia-se a todos, adaptando-se segundo as características e necessidades de cada classe.

Em relação ao alfabeto fenício, o alfabeto grego sofreu as seguintes alterações:

a) transformações revolucionárias das letras semíticas aleph, he, waw, yod e ayin nas vogais alfa, épsilon, iota e omícron:

aleph – alpha – a

he – epsilon – e

yod – iota – i

ayin – omícron – o

waw – ypsilon – u;

b) nova organização dos sons sibilantes;

c) invenção de símbolos para representar os sons da língua grega que não existiam na língua semítica: ph – fi; ps – psi; kh – ki; x – ks (prefixo);

d) adoção de algumas letras semíticas para sons gregos ligeiramente diferentes:

tera (t forte) para th;

forma secundária de waw para dígama;

qoph (c enfático) para copa ou capa.

A escrita, até então, aparecia sem separação. A pontuação foi inventada pelos gregos.

Em torno de 240 a.C., Aristófanes de Bizâncio, gramático, introduziu três acentos: agudo, grave e circunflexo, regularizando o seu uso e auxiliando na pronúncia correta das palavras.

Os documentos oficiais eram gravados em pedra por meio da escrita chamada monumental ou lapidária. No momento em que começam a aparecer materiais de escrita mais acessíveis (pergamínio e papíro), escreve-se mais rapidamente e as letras diminuem de tamanho, surgindo as minúsculas.

Características da escrita grega

A escrita grega caracterizava-se pelas seguintes particularidades:

- a) conjunto de 24 sinais;
- b) existência de vogais;
- c) direção da esquerda para a direita.

Inicialmente seguia da direita para a esquerda (grega primitiva). Depois, no sistema Boustrophedon (séc. VI a.C.), do grego: “como o arado do boi” –, escreve-se em linhas alternadas da esquerda para a direita e da direita para a esquerda.

SE UMA FRASE MODERNA POR
ME ATIRADA EM
BOUSTROPHEDON ELA TERIA
ESTE ASPECTO

FIGURA 8 – Boustrophedon (Fonte: DIRINGER, 1968, p. 58).

A partir do ano 500, a direção passa da esquerda para a direita e de cima para baixo.

Difusão do alfabeto grego

Os gregos difundiram seu alfabeto onde se localizavam. Muitos outros alfabetos dele sofreram influência ou descenderam, tais como os alfabetos: copta, etrusco, messapiano, gótico, eslavo (cirílico e glagolítico), osco, úmbrio e latino.

a) Alfabeto copta

Utilizado na África, era composto de 32 letras: 25 importadas da escrita uncial grega e sete da demótica egípcia, para representar sons que não havia no grego.

b) Alfabeto etrusco

Esse alfabeto contava com 26 letras. Escrevia-se da direita para a esquerda. A decifração da escrita etrusca não progrediu nos últimos anos, pois até agora foram decifradas apenas algumas palavras.

c) Alfabeto messapiano

Usado pelos messapeus que se estabeleceram no "tacão" da Itália, a escrita messapéia é o mais antigo ramo europeu do alfabeto grego. Mas não se sabe qual ramo ou sub-ramo lhe deu origem.

d) Alfabeto gótico

No século IV d.C., Wulfilas, bispo dos Visigodos, inventou um alfabeto para traduzir a Bíblia para o gótico. Era composto de 24 ou 25 letras. Possuía 19 ou 20 letras da uncial grega, cinco ou seis sinais modificados do alfabeto latino e dois provavelmente importados da escrita rúnica.

e) Alfabeto eslavo

As escritas eslavas inventadas no século IX foram as seguintes:

– o cirílico: baseado na uncial grega, foi inventado por São Cirilo, em 855 d.C. Possuía 43 letras, a maioria quase idêntica às letras gregas. Esse alfabeto tornou-se a escrita nacional de todos os povos eslavos, devido à difusão da fé dos gregos ortodoxos. O russo moderno dele derivou com 32 letras;

– o glagolítico: do eslavo *glagol*, que significa "palavra", este alfabeto tinha 40 letras, caracteres simétricos, estilizados e geométricos, formas quadrangulares, triangulares e circulares. Alguns autores dizem que São Cirilo também inventou o glagolítico. Seu uso desapareceu desde o século XVII.

Ambos os alfabetos citados tinham sons que não existiam no grego e que precisavam ser representados.

f) Alfabeto osco

Possuía 21 letras e alguns sons que não apareciam no etrusco.

g) Alfabeto úmbrio

Similar ao alfabeto osco.

3.3.3 O alfabeto latino

A Península Itálica foi habitada desde épocas remotas por vários povos. Os gregos ocuparam a região meridional da península e deram-lhe o nome de Magna Grécia. Invasores indo-europeus aparecem na metade do segundo milênio a.C. Os nórdicos, por sua vez, provavelmente em 800 a.C.

Por volta de 700 a.C. surgiu a civilização etrusca, cuja origem é discutida até hoje. A tese mais conhecida é de que os etruscos teriam vindo do Oriente, mais precisamente da Lídia, na Ásia Menor. O progresso de sua civilização foi rápido,

devido à grande prosperidade econômica. Conquistaram e dominaram toda a Península, ocuparam Roma, mas encontraram barreiras na Magna Grécia.

No século V a.C., o Império Etrusco entra em decadência após derrotas militares infligidas por romanos e gregos.

O alfabeto etrusco ainda não foi decifrado. Apenas foram identificadas algumas palavras, mas deixou muitos vestígios na língua romana. Possuía 26 letras, das quais os romanos assimilaram 21. A direção da escrita era feita da direita para a esquerda.

Adaptações e características

Língua falada na região do Lácio, de onde se originou o seu nome, o Latim sofreu influência tanto do etrusco como do grego.

Desde cedo os latinos importaram elementos do vocabulário grego que vinha da Magna Grécia, e a adaptação da escrita etrusca à língua latina deu-se por volta do século VII a.C. Os etruscos forneceram ao latim numerosos nomes próprios.

A inscrição latina mais antiga é a fíbula de Preneste, datada de mais ou menos 600 a.C.

O latim originário possuía apenas 16 letras.

Surgiram depois as letras: G, H, J, Q, V, X, Y e Z:

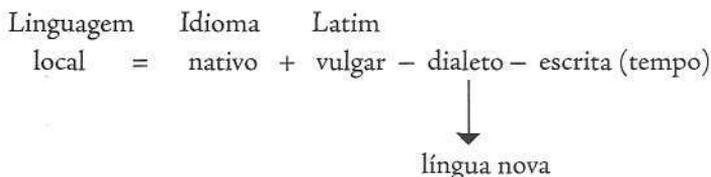
- G e Q: equivalem à letra c;
- H: para diferenciar as palavras latinas aspiradas;
- J: nasceu do i;
- U e V: inicialmente eram uma única letra. A partir do século VII o U aparece;
- X: resultou da necessidade de representar abreviação de grupos de letras que tivessem S final;
- Y e Z: símbolos gregos adotados no século I a.C. quando os romanos conquistam a Grécia.

Antes desse evento, o alfabeto latino contava 23 letras:

- A, B, C (som de K), D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q;
- P (forma original de R, derivada da letra grega ró), S, T, U, X, Y e Z.

Após isso, o alfabeto latino permanece fundamentalmente imutável. Algumas adições foram tentadas, mas não se efetuaram. A adição das letras U, W, J representou apenas uma atualização para as letras V e I, já existentes. Depois do século I a.C., adaptou-se a várias línguas e transformou externamente as letras no estilo cursivo.

A língua falada pela aristocracia e pelos intelectuais era o latim literário, erudito, diferente do latim vulgar, falado pelo povo, por pessoas incultas, pelas tropas do exército. Divulgado em todas as regiões ocupadas pelos romanos, o latim vulgar acabou dominando as línguas locais e sofrendo influências dessas. Essa adaptação vai fazer com que surjam novos idiomas: os neolatinos.



As principais línguas neolatinas são: o português, o francês, o espanhol e o italiano. Do latim ainda se originaram o romeno (falado na Romênia), o catalão (na Catalunha, região da Espanha), o rético (na Récia, ou seja, Suíça, Áustria e Itália), o provençal (falado na Provença, região da França, e hoje transformado em dialeto), o sardo (na Sardenha) e o dalmático (falado na Dalmácia, antiga Iugoslávia, e hoje língua morta).

Difusão do alfabeto latino

O Cristianismo difundiu o alfabeto latino no Ocidente e, por meio da Bíblia, fixou o latim. Dessa forma, a religião se impõe como elemento de fixação das línguas.

Durante muito tempo o latim foi a língua literária universal. Até o século XVII, todas as obras científicas e filosóficas eram escritas em latim, que permaneceu como língua oficial da Igreja Católica.



Tipos de Escritas



Tipos de escritas

Como o nosso alfabeto é o latino, cabe estudar aqui os diversos tipos de escrita registrados na Paleografia Latina.

4.1 Divisão das letras

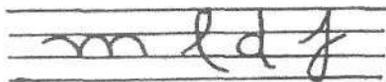
As letras se configuram de modo diverso, segundo sua dimensão e altura ou conforme o maior ou menor cuidado na sua redação.

a) Quanto à dimensão e altura dos sinais, as letras podem ser:

– maiúsculas: as que têm a mesma altura e estão incluídas entre duas linhas paralelas:



– minúsculas: menores, sua altura está determinada por quatro linhas externas:



b) Quanto ao maior ou menor cuidado na execução, a letra pode ser:

– redonda ou sentada: traçada com capricho e lentidão, era usada em manuscritos literários, científicos e litúrgicos;

– cursiva: traçada com rapidez e descuido.

4.2 Tipos de escritas

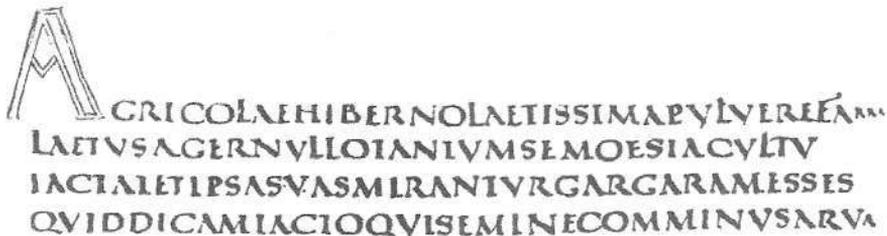
4.2.1 Escrita capital

Do latim *caput*, “cabeça”, a escrita capital era usada na parte superior dos textos, nos títulos e início das frases, como atestam documentos do século II e III d. C. Daí o nome “capital”. As letras tinham tamanho idêntico e dividiam-se em:

a) Capital quadrada ou lapidária: os traços eram verticais, fazendo ângulos retos com os traços horizontais, por isso o nome quadrada. Escritas nas lápides, monumentos e dísticos, essas formas se conservaram através dos tempos e hoje são conhecidas como letras de forma ou de imprensa. Eram assim caracterizadas:

- letras maiúsculas;
- todas as letras da mesma altura, exceto o *F* e *L* que excediam um pouco as demais;

- traços harmoniosos e elegantes;
- a palavra *que* era abreviada: *q*;
- o “a” apresentava-se sem o traço horizontal.



b) Capital redonda:

- letras maiúsculas;
- não angulosas;
- usada principalmente sobre papiro e pergaminho;

c) Capital rústica: derivou da capital quadrada. Os escribas, tentando escrever mais correntemente, foram alterando os caracteres, encurvando os traços, desobedecendo aos traçados dos ângulos retos. Daí as seguintes características:

- letras mais altas e estreitas;

- além do *F* e *L*, o *B*, *G*, *Q* eram maiores;
- tendência ao arredondamento;
- *A* sem traço;
- *v* tendendo para *u*.

QUI DQVIDI DESTI MEODANA OSI DONA FERENTIS
SIC FIVS VALIDIS IN GENTEM VIRIBUS HASTAM

4.2.2 Escrita uncial

Resultou do arredondamento da rústica. Recebeu esse nome porque se assemelhava ao arredondamento da unha (o termo vem do latim: *ungula*). Outros autores dizem que vem de polegar (em latim: *uncia*). Aparece mais ou menos no século IV ou V d.C. e era utilizada em livros e documentos. Podia ser reconhecida pelas seguintes configurações:

- letras maiúsculas (quase todas provenientes da capital rústica);
- arredondamento das letras;
- *H*, *Q* com hastes acima e abaixo da linha geral;
- formas típicas da escrita uncial: *a*, *d*, *e*, *m*;
- começa-se a notar a influência da cursiva.

CLAMOR IN DEORIS
SIGNA PROFERRI TU E
RENT DUCERE NI QUE AD
PERSEQUENDOS HOSTIS

4.2.3 Escrita semi-uncial

Nem bem uncial nem cursiva, mas dos dois tipos, surgiu devido à influência da cursiva. Usada em anotações marginais ou interlineares, era traçada com caracteres menores. Apresentava:

- letras minúsculas;
- "ã" fechado;
- a letra *G* como um 5 de cabeça para baixo.

XIITTAJIMOMILY
TUM; INCREPUITO
MANDACIERCONFU
RAEMULTTUDININO

4.2.4 Escrita cursiva

É a escrita corrente. As letras começam a ligar-se umas às outras devido ao desejo de escrever mais depressa e da preguiça de se levantar a mão. Usada também em documentos e livros, chamava-se ainda minúscula cursiva. Modificava-se conforme o material de escrita. Existiam vários tipos. A escrita minúscula cursiva vai originar as chamadas escritas nacionais.

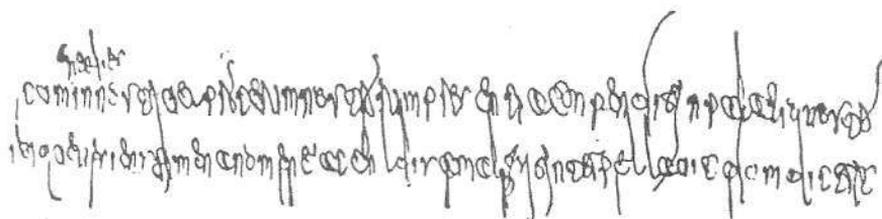
Handwritten text in a cursive script, showing ligatures and fluid connections between letters. The text is written in dark ink on a light background.

4.2.5 Escritas nacionais

Cada região utilizava um tipo de cursiva e a adaptava. Portanto, essa escrita, que derivava da minúscula cursiva e do latim, vai adquirindo particularidades segundo o local em que se desenvolve. As assim chamadas escritas nacionais floresceram na Itália, França, Espanha, Inglaterra, Irlanda e Portugal.

São exemplos de escritas nacionais:

- a escrita merovíngia, na França (Gália);
- a escrita visigótica, na Espanha e em Portugal;
- a escrita lombárdica ou longobárdica, na Itália;
- a escrita beneventana, no sul da Itália;
- a escrita anglo-saxá ou insular, na Inglaterra;
- a escrita irlandesa ou insular, na Irlanda;
- a escrita carolíngia ou minúscula carolina, na França.



+ feolozela rito + pband pp + uulxnos me dme
 + Eto uicet pbandy becloro hie p quare pbreruyri.

A mais importante das escritas nacionais, a **escrita carolíngia** ou **carolina**, surgiu, conforme indica seu nome, do latim *Carolus*, “Carlos”. Foi criada no mosteiro de São Martinho, na cidade de Tour (França), e usada entre os séculos IX e XII. Essa forma de escrita assinala ponto culminante na história da escrita latina e vai influenciar grandemente as outras escritas nacionais. Sua forma elegante persistiu como escrita livresca ou documental até a invenção da imprensa. A escrita carolíngia foi trazida para Portugal pelos padres da Ordem de Cluny e apresenta as seguintes características:

- letra minúscula;
- arredondada, hastes baixas;
- formas regulares, simples, claras, sem rebuscamento.

abcdefghijklmnop
 qrstuvwxyz

4.2.6 Escrita gótica

Uma variação da escrita carolíngia é a gótica, surgida mais ou menos no século XII, na qual é redigida a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, era usada na região nordeste da atual França (Sul da Bélgica).

A escrita gótica caracterizava-se pelo traçado rápido, pela tendência à união das letras, que eram mais angulosas, com hastes caídas para a esquerda e por traços longos e finos envolvendo a letra.

O modelo da escrita gótica clássica pode ser identificado nos exemplos abaixo:

per officium nūe bñdictionis **H**oc cum fide ut
ta et multiplici bonoꝝ optum fructu ad co
ronam pervenias utriusque perpetui ipso laudica

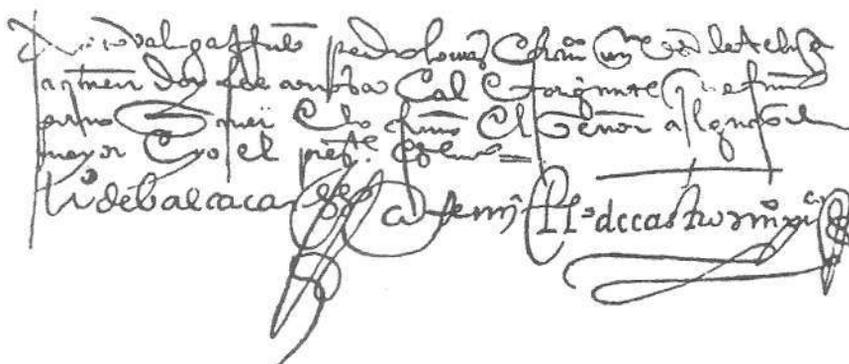
Usada em Portugal mais ou menos do século XIII ao XVI, a escrita gótica teve, em seu final, basicamente três variações:

a) Gótica cortesã

Foi adotada nas cortes desde meados do século XIV, quando a escrita cursiva se complica, tornando-se arredondada, ligada e mais fina. Era apertada, miúda, muito ligada e com poucas abreviaturas. Os traços finais se prolongavam em forma curva. Foi escrita usual em Portugal no século XV e parte do XVI.

b) Gótica processual

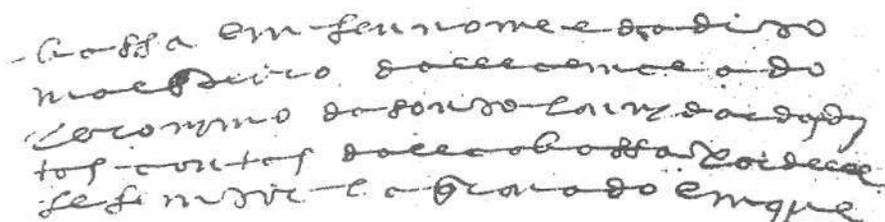
Degenerescência da cortesã, a escrita gótica processual era usada em documentos judiciais e processos públicos. Apresentava tamanho maior, com muitos enlaces e irregularidade na separação das palavras. Traçada com rapidez e descuido e total falta de critério, a letra era de má qualidade.



c) Gótica encadeada

Devido à degeneração da escrita e porque foi se enredando cada vez mais, apareceu a escrita encadeada. Linhas inteiras eram escritas sem se levantar a pena do papel. Usada pelos notários, a letra gótica encadeada é de difícil entendimento.

Registra-se em Portugal no século XVI e parte do XVII – época de certa involução da escrita portuguesa.



4.2.7 Escrita humanística

Seu berço foi Florença, tendo sido introduzida na Península Ibérica a partir do final do século XV.

A escrita humanística foi uma reação dos intelectuais e artistas do Humanismo (séculos XV-XVI) à escrita gótica, então em uso, por esta representar a cultura medieval que tanto combatiam. Gerada com base em outra escrita, que pensavam ser de origem clássica romana, sabe-se hoje que esta escrita original não era clássica romana, mas a pura escrita carolínea ou carolínea, a mais típica da Idade Média.

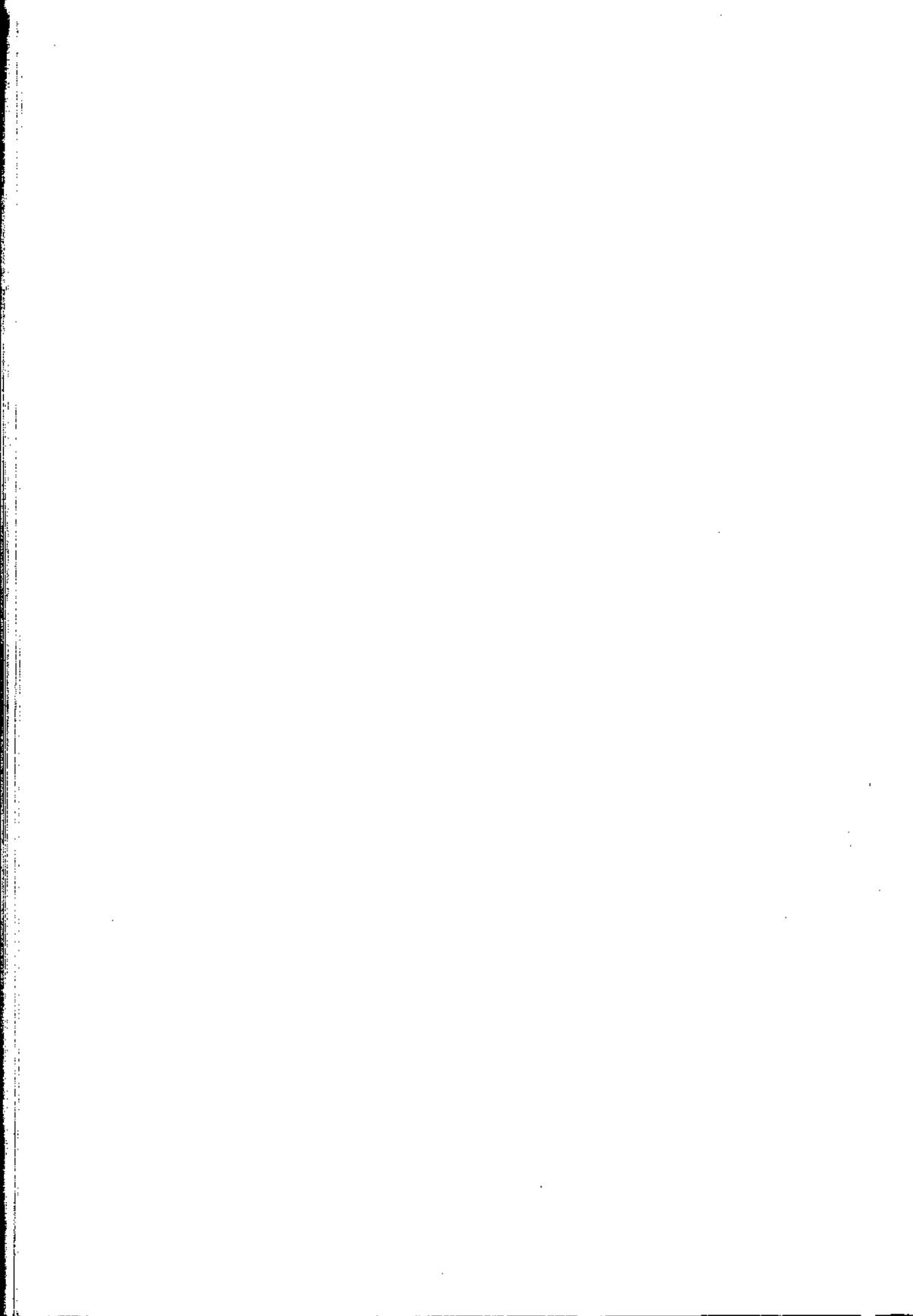
A maioria da documentação brasileira está registrada em letra humanística, aliás, a escrita humanística é a corrente, usual até hoje desde o séc. XVI. Seus grandes divulgadores foram Poggio Bracciolini e Nicolo Nicoli.

quel. procure con diligencia depnia. officios idoneos y suficientes alli para la espedicion delos negocios como para la administracion delos officios tales quales separada y particularmente encomiende el officio. que oviere cada uno de administrar y regir. guardãdo empero en ello. por lo que conuene a la drecçion y alliento de los negocios. el deuido çrudo y orden conueniente delos officiales. Por que entonces terã los officios bien regidos. quando la orden de diferencia. que enue ellos ay. fiere guardada. de manera que los me

*no fiando del cuerpo su contrario
por que en gañador y sigue siempre
a quello que le daña y causa muerte
muriéndose en los vicios Tan vicioso
que no sabe otra cosa sino el Vicio*

| 5 |

Números



O homem, além da necessidade de deixar mensagens, sempre exprimiu a quantidade das coisas. Por isso, desde épocas mais remotas, encontramos o registro de números.

Assim, quando queria representar três leões, o homem primitivo desenhava três leões. Para a contagem dos animais, usava os dedos ou pedrinhas, enquanto determinados elementos expressavam o sentido de certos números. Por exemplo, as asas do pássaro representavam o número dois; as folhas de um trevo, o número três; as patas do cavalo, o número quatro; os dedos da mão, o número cinco.

Mas a representação de quantidades maiores tornava-se difícil. Vão surgir, então, símbolos significando números. O número passa a ser símbolo e se desliga do objeto que representava originalmente.

Com a evolução da linguagem, o som exprimindo o número foi substituindo a imagem. Os modelos concretos tomaram a forma abstrata dos nomes dos números que, por sua vez, passaram a ser graficamente representados pelos algarismos.

Em todos os lugares, os dez dedos da mão deixaram sua marca. Daí os autores aceitarem como originário dos dedos, o sistema decimal, empregado pelos egípcios, chineses, gregos, indianos e árabes. A mão do homem é, pois, o mais antigo acessório de contagem e de cálculo para os povos através dos tempos.

5.1 A representação dos números entre os egípcios

Para a representação da quantidade, os egípcios empregavam um processo primitivo: repetir quantas vezes fosse necessário o desenho do objeto. Portanto, usavam ideogramas, bem como o sistema decimal. Os ideogramas eram colocados em colunas superpostas:

- até 1: barra vertical: |
- 10: espécie de arco: 
- 100: corda enrolada: 
- 1.000: desenho do lótus: 
- 10.000: um dedo invertido: 
- 100.000: um girino: 
- 1.000.000: deus ou homem espantado: 

Para a representação do zero, deixavam um espaço vazio em seu lugar. E conheciam frações com numerador 1: $1/2$, $1/4$, $1/10$.

5.2 A representação dos números na Mesopotâmia

Os povos da Mesopotâmia usavam o sistema sexagesimal (base 60): 60 – 3.600 – 216.000. A numeração possuía uma quantidade reduzida de sinais.

Primitivamente, os números eram escritos em argila, de forma circular, com o cálamo. Mais tarde, o cálamo comum é substituído pelo cálamo em círculo.



FIGURA 11 – Números cuneiformes (Fonte: GUITEL., 1975, p. 316).

A vitória dos acadianos sobre os sumérios ocasionou o desaparecimento do sistema sexagesimal, substituído pelo sistema decimal.

Como no Egito, não existia símbolo especial para o zero. Em algumas tabuinhas, havia o espaço vazio para indicar o zero, mas este não tinha a função de número.

A influência do sistema sexagesimal persiste até hoje na divisão da hora (60 minutos), dos minutos (60 segundos) e na medida dos ângulos, em graus (ângulo de 60 graus).

5.3 A representação dos números entre os fenícios

Os fenícios empregavam sinais semelhantes aos dos egípcios, apenas mais simplificados. Eram lidos da direita para a esquerda.

Ex.:

1:	2:	3:
4:	5:	6:
10: —	20: 	100: ○
200: ○		

Por exemplo: 874: |||| —  |○ ||||

5.4 A representação dos números entre os gregos

Os gregos empregavam, como sinais para os números, as letras do alfabeto. Os conhecimentos matemáticos gregos passaram aos árabes e estes os levaram à Europa:

5 : Γ										
10 : Δ	1	5	10	5×10	10^2	5×10^2	10^3	5×10^3	10^4	5×10^4
100 : Η										
1000 : Χ										
10000 : Μ										

FIGURA 12 – Numeração grega (Fonte: GUITEL., 1975, p. 183).

5.5 Números romanos

Os números romanos eram normalmente representados por letras minúsculas. Sua criação parece influenciada pelos dedos da mão, sendo o 5 uma representação estilizada pela mão aberta e o 10 por sobreposição de duas mãos.

Os números 1, 2, 3, 4, 5 reproduziam a figura dos dedos.

○ 5 seria a mão com 4 dedos fechados e o polegar separado: V

○ 6: a mão + 1 = VI

○ 9: dez - 1 = IX

Entretanto, a representação do 50 (L) é de origem etrusca, assim como a representação do 500 é a metade do símbolo etrusco. Para o valor 1.000 era um zero cortado ao meio – ϕ – representado pelo D.

Eram as usuais representações dos números romanos:

- o número 1 era representado por um I ou i. Se houvesse mais de um i, era representado no número. O último i tinha a forma de j ou i caudado;
- o 5 era representado por: V, v, U, u, B, b, S, s;
- o 10 era representado pelo X, x;
- o 40 era representado pelo XL, xl, xL, xxx, X^c, x^c, r; ~~xxx~~
- o 50, grafado L, l, foi reproduzido da representação etrusca;
- o 100 era C, c, de “centum”;
- o 500, isto é, D, d, reproduzia o número 1.000 etrusco: ϕ cortado ao meio;
- enfim, o 1.000 era representado pela letra M, de “mille”, T, t, (|).

5.6 Algarismos arábicos

Apesar do nome árabe *al garism* (o número), esses algarismos são de origem hindu.

Os indianos, grandes matemáticos, criaram a numeração, inclusive com o símbolo de zero, para significar ausência de valor. A existência do zero significou uma revolução na arte de contar e era representado por um pequeno círculo. Com a expansão árabe nos séculos VII e VIII, eles entraram em contato com a cultura hindu e deles absorveram a numeração, no século VIII, que originou os algarismos arábicos.

No século IX, esses números deram origem aos algarismos ditos *ghobar* em uso no norte da África e na Espanha mulçumana. No século X, comprovadamente, já se usava algarismos arábicos na Espanha cristã ou não-muçulmana, mas somente no século seguinte é que seu uso começa a generalizar na Europa e a ter uma estabilidade gráfica. Assim, foi no século XII que o Ocidente recebeu o zero, que era conhecido pela palavra árabe *sifr* (o vazio), em substituição ao nome hindu *sunya*. O nome *zephirum*, usado até o séc. XV, foi dado por Leonardo de Pisa (1170-1250), tornando-se, depois em *zefiro* (italiano) e *zero* em português (1491). Os primeiros cálculos escritos a pena, usando algarismos arábicos, são comprovadamente do século XIII na Europa.

No século XIV, a então dominante numeração romana passou a ser, gradativamente, substituída pelos algarismos arábicos, sendo intensificado seu uso no século seguinte. Os algarismos arábicos venceram, definitivamente, os números ro-

manos no seu uso no século XVI. Foi vitória da praticidade e fruto das exigências de uma nova realidade socioeconômica vigente. A existência do zero e a facilidade dos algarismos arábicos para a realização de operações numéricas foram decisivas nesta questão.

Atualmente os povos árabes usam uma variante diferenciada de grafar a numeração, enquanto o restante do mundo continua a usar a variante originária da forma dita *ghobar*, que é o modo mais internacional de representar os números.

A antiga numeração Hindu

1 2 3 4 5 6 7 8 9

Os algarismos no reino dos califas de Bagdá

1 2 3 4 5 6 7 8 9 0

Algarismos arábicos

1 2 3 4 5 6 7 8 9 0

Algarismos ghobar

1 2 3 4 5 6 7 8 9 0
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 0
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 0

Introdução dos algarismos arábicos na Europa

Datas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Século XII	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Século XIII	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Século XIV	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Século XV	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Por volta de 1524	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

Figura 13 – Tipos de algarismos

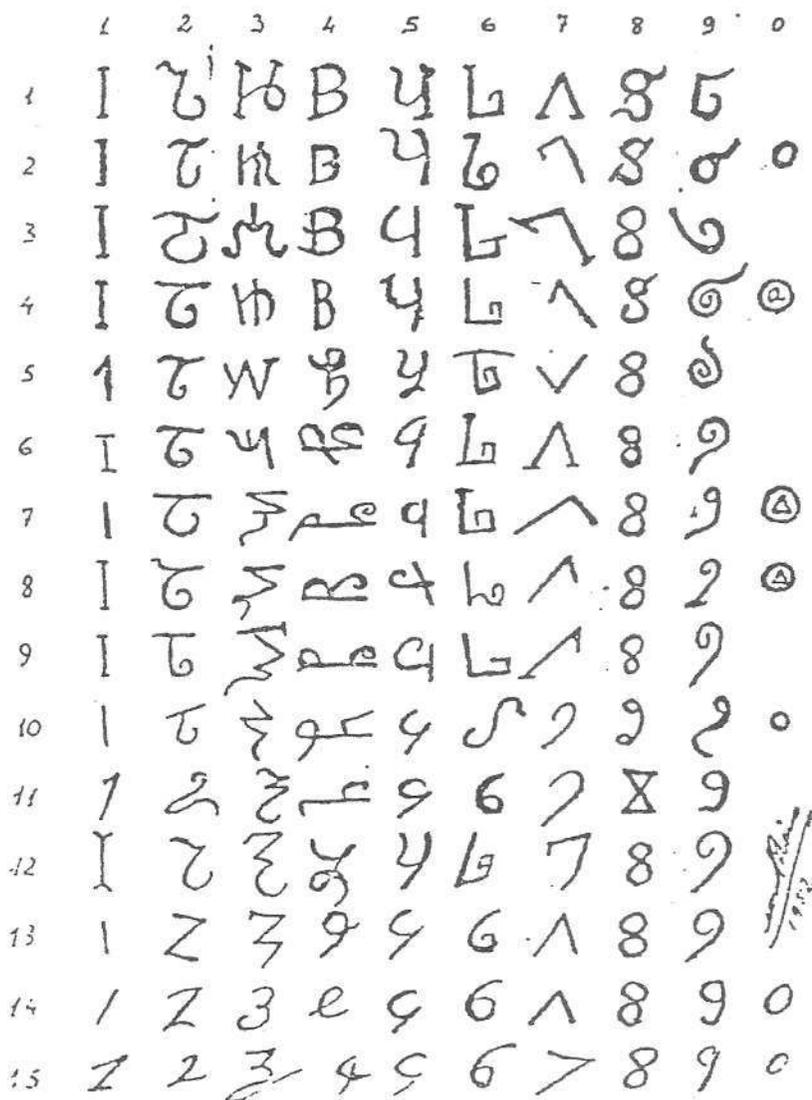


FIGURA 14 – Algarismos árabicos (Fonte: IFRAH, 1985).

*Materiais e Instrumentos
para Escrita*



Desde os tempos mais primitivos, o homem lançou mão dos mais variados materiais para deixar expressas suas idéias.

O barro deve ter sido o primeiro material utilizado para tal fim.

Os materiais e instrumentos da escrita eram originários dos três reinos da natureza: animal, vegetal e mineral, e constituíam-se do material de base e do material impressor.

6.1 Material base

Pode ser de duas categorias:

a) **Primários:** os mais importantes. Eram, por exemplo, a tábua encerada, o papiro, o pergaminho, o papel.

b) **Secundários:** de pouco uso. Entre eles, a seda, o linho, as folhas secas, a terracota.

Argila ou barro

As primeiras manifestações gráficas do homem foram deixadas na argila ou no barro, onde era mais fácil de traçar os desenhos. Para isso, o homem primitivo usava o dedo e depois um estilete.

Terracota e tijolo

Com o passar do tempo, o homem percebeu que a argila secava e endurecia. Mas só mais tarde descobriu que o barro cozido ao fogo obtinha maior dureza. Surgiu, então, a terracota, que apresentava cores diferentes devido à mistura dos barros usados.

Folhas de árvores

Embora de pouca resistência, esse material também era empregado, sobretudo as folhas grandes. Os orientais (Índia) usavam a palmeira.

Casca de árvore

Das folhas, o homem passou a usar a casca destacável das árvores. Os desenhos eram feitos na parte mais lisa da casca, chamada "liber", daí derivando a palavra livro. Podia ser transportada facilmente de um lugar para outro.

Ossos, marfim

Usavam-se ainda matérias mais duras, como os ossos achatados (omoplata) ou cilíndricos. Provavelmente uma pedra pontiaguda servia para fazer os traços.

Pedras, mármore

Nas cavernas, foram encontradas inúmeras pinturas. O homem sempre gravou sobre pedras, como é o caso da Pedra de Roseta. Mais tarde, as inscrições consideradas mais importantes foram feitas no mármore.

Materiais preciosos e não-preciosos

Cobre, chumbo, bronze, ouro, prata, estanho etc. serviram de base para a escrita. Esses materiais tinham o inconveniente do peso excessivo, eram difíceis de serem esculpidos e sua obtenção era onerosa. Restaram poucos documentos escritos em ouro e prata. Os mais comuns são em chumbo e bronze. Os romanos, por exemplo, usavam placas de bronze.

Linho

Com o linho, os egípcios envolviam suas múmias. As tiras de pano eram pintadas com desenhos e símbolos. Supõe-se que seriam orações dirigidas aos deuses em favor dos mortos. Os romanos também fizeram do linho material para escrever.

Tabuinhas

Inicialmente pequenas tábuas tinham sua superfície alisada e depois gravada com um estilete. A dificuldade na gravação, que exigia esforço físico devido à dureza do material, tornava a escrita imperfeita. Descobriu-se, depois de algum tempo, que se podia dar um banho de cera na madeira. Surgiram, então, as tabuinhas encera-

das. Nelas podia-se escrever e apagar com facilidade, além disso conservavam-se por muito tempo. Os latinos chamavam-nas de *Tabulae* ou *Tabellae Ceratae*. Os gregos de *deltos*, *deltion*. Eram empregadas para anotações, registros públicos, comunicação de notícias, pelos comerciantes, para cartas e para ensinar as crianças. Foram usadas durante muito tempo (sobretudo em Roma e na Grécia clássica), até mais ou menos o século XII.

Papiro

De uma espécie de junco, planta que crescia no delta do Nilo (*Cyperus papyrus*), surgiu a palavra papiro.

Modo de preparar: cortava-se o caule da planta, tirava-se a casca externa e talhava-se a parte interna em finas camadas. Colocavam-se as camadas umas sobre as outras, em sentido vertical e horizontal e depois eram prensadas e postas a secar ao sol. Após a secagem, eram raspadas com casca de molusco e alisadas com marfim. Ficavam, assim, prontas para escrever. Essa descrição foi dada por Plínio. Os papiros eram, então, enrolados em bastões cilíndricos, de madeira ou osso nas extremidades, chamados “umbilicus” cuja função consistia em proteger o material, que era frágil. As folhas chamavam-se *plagula* – daí página. O papiro foi utilizado em toda a Antigüidade, particularmente no Egito (3000 a.C.), que fazia exportação do produto. Roma e Grécia eram os maiores consumidores. Parece que foi introduzido na Europa aproximadamente no séc. III d.C. e, no resto do mundo, seu emprego foi corrente até cerca de 780 d.C. O Vaticano fez uso sistemático desse material até o século XI.

O papiro apresentou várias vantagens sobre as tabuinhas: como era um material leve, seu transporte tornava-se mais fácil, além do seu fácil manuseio. Substituindo o estilete, a pena com que agora se escrevia sobre o papiro fez do ato da escrita uma tarefa mais amena. Enfim, a tinta escura sobre o fundo claro do papiro proporcionou melhor legibilidade.

Pergaminho (couro)

Não se tem certeza de quando o couro começou a ser usado como material de escrita; é certo, porém, que sua utilização data de tempos remotos. Entretanto, não havia meios de preservar o couro, que era comumente atacado por insetos, ou ressecava, apodrecia, partia.

O homem começou, então, a aperfeiçoar a preparação desse material. Devido à suspensão da exportação do papiro pelo Egito, o rei de Pérgamo, Eumenes II,

criou, no século II a.C., um processo para melhorar o couro: surgiu então o pergaminho. O processo consistia em mergulhar várias vezes na cal o couro do animal. Os melhores pergaminhos eram fabricados com o feto de carneiro e ovelha.

Em relação ao papiro, o pergaminho apresentava vantagens: era mais resistente ao manuseio, mais durável, podia ser utilizado em ambas as faces e, ainda, reaproveitado. No século XIX, foi inventado o pergaminho vegetal, que imita o primitivo.

Palimpsestos

Eram pergaminhos raspados e reescritos. Foram muito usados na Idade Média, na Europa. O palimpsesto começou a aparecer quando, em plena Idade Média, houve falta de material para escrever. Sua utilização foi constante até o século XV, quando se divulgou o uso do papel.

Papel

Atribui-se aos chineses a invenção do papel que, inicialmente, era de trapos. Fez-se papel de seda, cânhamo, linho etc. O inventor teria sido T'Sai Lun (105 d.C.), mas foi difundido pelos árabes. A Espanha foi o primeiro país na Europa a fabricar o papel (século XIII).

Com o aparecimento da imprensa no século XV, surgiram várias fábricas de papel na Europa, embora fosse considerado material de segunda categoria.

Mais leve que o pergaminho e matéria-prima de fácil obtenção, o papel tinha ainda a vantagem de poder ser fabricado em todas as espessuras, tamanhos e cores, além de costurar e colar melhor.

6.2 Material impressor ou instrumentos para escrever

Inúmeros instrumentos foram empregados como material impressor:

- o estilete, instrumento pontiagudo de metal ou osso, era usado para a escrita na argila, terracota, tijolos e tábuas enceradas;
- o cálamo, espécie de caniço fino, servia para escrever em papiro e pergaminho. Para o papiro, sua ponta era macerada em forma de pincel, e, para o pergaminho, com ponta aguçada em forma de palito;
- o pincel era usado para escrever no linho e na seda pelos egípcios e chineses;

- o grafite, empregado mais ou menos desde o século XI; não servia, entretanto, para grafar documentos importantes. Usado apenas para marcar linhas e margens;
- a pena de ave, principalmente de ganso, foi usada no pergaminho e papel depois do século VI;
- a pena de aço substituiu a pena de ave e aparece em meados do século passado. Também usada em pergaminho e papel;
- a caneta-tinteiro surgiu no início do século XX. Não passa de pena de aço com recipiente para tinta;
- o lápis foi inventado na França, em 1795, por J. Comtè, na sua forma atual. Anteriormente, durante a Idade Média, usava-se o carbono para traçar as linhas dos documentos;
- enfim, a caneta esferográfica, tubo com tinta pastosa, é invenção de meados do século XX, criada pelo francês M. Bic.

6.3 Tintas

Deriva a palavra tinta da substantivação do adjetivo latino *tinta*, que é a forma feminina do latim *tinctus*, que é o particípio do verbo latino *tingere* (tingir).

São grandes as dificuldades sobre o assunto tinta, com poucas fontes documentais e poucas receitas de elaboração nos séculos e séculos passados, desde a Antigüidade. O estudo sobre a composição e sobre a preparação das tintas é extremamente útil para a Diplomática, para a Paleografia, para a História além de ter conexões com a Química e a Botânica.

Jerônimo Soares Barbosa, em 1829, descreve uma das poucas receitas de tinta encontradas, a qual denomina *tinta ordinária*. Sua receita é feita de “noz de galha, caparroza verde, goma arábica e açúcar candi”. Segundo ele, “a melhor galha é a mais pequena, pesada, crespada, denegrida e não furada. A melhor caparroza é a verde, azulada por fora e por dentro. A melhor goma é a mais clara e mais fácil de partir. O açúcar candi pode ser substituído pelo clarificado”. A seguir, a receita:

Ingredientes:

04 onças	de galha machucada
2 onças	de caparroza verde moída
1 onça	de goma arábica derretida em água
1 onça	de açúcar candi

Modo de fazer:

Ponha em infusão de água de chuva ou bom vinho branco, em vaso de vidro, por seis dias, mexendo de quando em quando. Coar em peneira ou pano. Para fazer esta tinta em duas ou três horas, cozinhar todos os ingredientes, juntando líquido. Para fazer a tinta rapidamente, moer todos os ingredientes até ficar em pó, deitar no líquido. Vai dar uma tinta sofrível.

Cores

As tintas e suas variadas cores eram obtidas de diferentes modos e, muitas vezes, tinham empregos peculiares. Eram extraídas de vegetais (tanino e outros corantes), animais (moluscos ou mistura de gordura com fuligem e vinagre) e minerais (misturas químicas com o sulfato de ferro e noz de galha, por exemplo).

A tinta preta, mais antiga e mais usada, era obtida com a mistura de fumo (fuligem), gordura e vinagre. A tinta ferro-gálica tinha como componentes básicos o sulfato de ferro ou ferrugem misturado com o óleo produzido pela noz de galha. A noz de galha é originada geralmente na árvore do carvalho, por um bulbo que cresce em seus brotos, produzidos pela deposição de óvulos de uma específica mosca. Este bulbo contém tanino e ácido gálico, essenciais para a produção de tinta para escrever.

A vermelha era denominada *minium*, de preço muito elevado e era usada com parcimônia.

Outras cores (verde, azul, amarelo, violeta) serviam para decorar, eventualmente, a primeira letra do texto.

A escrita em ouro e prata, a crisografia, destinava-se ao registro de documentos luxuosos e de alto valor. No fim da Idade Média, utilizou-se também o vitríolo (pó de vidro moído), para afugentar os insetos.

Goma-Arábica

A goma-arábica é uma resina natural em cuja composição encontra-se polissacarídeos e glicoproteínas. Sua extração é feita a partir de duas espécies de acácia, especificamente da *Acácia senegal* e *Acácia seyal*.

Na composição das tintas, é comum o uso da goma-arábica como aglutinante. Usada no caso de colas e como espessante de tintas de escrever.

Essa resina é usada, pelo menos, desde o Antigo Egito, onde se utilizava na confecção de cosméticos e perfumes e ainda como ingrediente da mumificação.

Durante muitos séculos caiu em desuso. Era trazida, no início, para a Europa, por caravanas transaarianas, sendo de alto preço.

O seu uso desenvolveu-se apenas quando os europeus da Era dos Descobrimientos a redescobriram a partir do século XV e passaram a comprá-la na costa ocidental da África, tornando-se um dos primeiros produtos africanos comercializados na Europa. Destacaram-se, nesse comércio, o porto de Arguim e a costa do Senegal.

Sua importância comercial foi tanta que deu origem à *Guerra da Goma*, no século XVII, que colocou em oposição franceses, holandeses, portugueses e britânicos, que lutavam pelo controle da região costeira da atual Mauritânia e Senegal. Com esse conflito, produziu-se um verdadeiro monopólio francês no comércio da goma-arábica para o mercado europeu.



*Dificuldades da Leitura
Paleográfica*



O estudioso da leitura paleográfica deve conhecer, antes de tudo, não só a língua em que o documento foi escrito como também a língua na época da inscrição.

Além disso, deve observar cuidadosamente a base da escrita, a tinta, a grafia das palavras, a caligrafia, a pautação, os parágrafos, a pontuação, a numeração, bem como as eventuais tentativas de adulteração do documento, entre outros aspectos.

7.1 Quanto à base da escrita

O pesquisador deve considerar primeiramente a *qualidade do material*. Se o material for absorvente, a tinta pode espalhar-se, dificultando a leitura do documento. É bom lembrar-se de que, mesmo sem ser absorvente, a tinta se espalha com o passar dos anos.

O estado do documento é outro aspecto importante. O documento pode apresentar-se incompleto, por estar rasgado, queimado ou com folhas perdidas. Nesse caso, não se tem muitos recursos para a leitura. Pode ainda estar corroído (por insetos ou pela própria tinta) ou manchado (por água, ácido, borrões, manchas escuras).

7.2 Quanto à tinta

Com a ação do tempo, a tinta pode danificar o documento.

As tintas corrosivas, tintas antigas, à base de vitríolo, cortam a base da escrita, ao longo do tracejado das letras.

As laváveis são tintas que não possuem fixador. Sofrem então a ação da umidade atmosférica, de banhos acidentais, goteiras etc. A ação do tempo transfere a tinta para a outra página.

As descoráveis perdem a cor ao longo dos anos ou sob a ação da luz.

Os escritos podem apresentar-se corroídos, lavados e descorados. A corrosão da tinta danifica sobremaneira o documento. Às vezes, pelo contorno da corrosão, pode-se recompor a letra.

No caso de documentos lavados e descorados, existem processos químicos e físicos para auxiliar a leitura. Substâncias químicas atuam no documento por reação, mas a leitura deve ser rápida porque a ação desses produtos dura pouco. Após a aplicação dessas substâncias, o documento fica inutilizado.

Os processos físicos compreendem os raios ultravioletas e a fotografia com raio infravermelho. A leitura se faz através das fotografias que se obtêm.

7.3 Quanto ao vocabulário, grafia e abreviaturas

O paleógrafo deve ter conhecimento do vocabulário, grafia, abreviaturas e terminologia da época do documento. Seguem-se alguns exemplos.

a) Vocábulo arcaicos:

- alfaia: móvel ou ornato da casa;
- arratel: medida de peso, equivalente a mais ou menos 16 onças;
- baeta: tecido grosso, de lã;
- bombazina: tecido de algodão ou linho;
- chapim: antigo calçado de sola alta;
- fato: terno, fatiota;
- feixo: cerca, tapada;
- físico: médico;
- fogo: casa habitada, família, fogo;
- fôrro: livre (escravo forro);
- mador: mandador ou mandante;
- medíocre: pessoa de conhecimento mediano;
- pataca: moeda de 320 réis;
- traficante: comerciante de produtos da terra.

b) Grafia arcaica

- cappa: capa;
- foy: foi;
- he, hera: é, era;
- hir: ir;
- pay, paj: pai;
- phthysica: tísica;
- te, té, the, thé, athe, athé, atthé: até;
- sappato: sapato;
- thio: tio;
- amarão: amaram;
- assynei: assinei;
- cessenta: sessenta;
- dino: digno;
- exegar: e chegar;
- fassa: faça;
- onrroza: honrosa;
- pessuio: possuo;
- sumiterio: cemitério;
- vaqua: vaca;
- pesso: peço;
- lanxa: lancha;
- instroçoens: instruções;
- disgrassa: desgraça;
- suçeço: sucesso;
- feé: fé;
- boaz: boas;
- emgenheiro: engenheiro.

c) Abreviaturas

O uso das abreviaturas, por economia, vem desde a época do Império Romano.

O código de Justiniano proibiu a sua utilização em documentos jurídicos. Após o século IX d.C. há um modismo em abreviar palavras, mas nos séculos XII e XIII tomaram-se providências no sentido de proibir as abreviaturas. Com o Re-

nascimento, dá-se um novo surto de seu uso, criando-se, inclusive, tabelas de abreviaturas no século XVI. No reinado de D. Diniz, fez-se uma lei interditando as abreviaturas na documentação oficial. Se a letra estiver invertida ou de cabeça para baixo, significa palavra no feminino.

A verdade é que elas dificultam a transcrição paleográfica.

A classificação das abreviaturas é a seguinte:

a) *Siglas*: a palavra é representada pela letra inicial. Se a letra vier dobrada, significa que a palavra está no plural ou superlativo. Se a letra estiver invertida ou de cabeça para baixo, significa palavra no feminino. Às vezes, as abreviaturas aparecem também com sinais:

- M = Maria;
- q = que;
- MM = Meritíssimo;
- AA = Augustos;
- I.N.R.I. = Iesus Nazareno Rex Iudeorum;
- t = Teresa;
- ꝛ = Emilia;
- ꝛ = Fernanda.

b) *Suspensão* ou *apócope*: corta-se o final da palavra ou final da sílaba, que, assim, fica inacabada. As palavras mais corriqueiras é que são abreviadas. Por exemplo:

- Imp = Imperador;
- drt = direito;
- cjt = conjunto;
- Chr = Cristo;
- Tb = também.

c) *Contração* ou *síncope*: a palavra é composta de elementos do início e fim da palavra:

- Sr. = Senhor;
- Dr. = doutor;
- gla. = glória;
- bta. = beata.

d) *Letras sobrescritas*: uma pequena letra é inscrita por cima da abreviatura:

aq^a = água X^o = Cristo

e) *Sinais especiais*: são sinais que se colocam no início, meio ou fim da palavra, significando uma sílaba ou ausência de uma letra:

Ds = Deus ÷ ou % = est (é) ꝑ = per

f) *Notas tironianas* ou *taquigrafia*: inventadas por um escravo liberto que pertencia a Cícero, de nome Tiro, que anotava seus discursos através de sinais. As notas tironianas (ou taquigrafia) foram usadas desde o Império Romano até o século X, quando entraram em decadência. É muito raro encontrá-las em documentação brasileira. Exemplos:

- q = quem;
- tbem = também;
- ꝑaña = companhia;
- Fili ꝑ = filius;
- P ꝑto = perto.

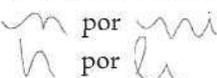
Seguem-se exemplos gerais de abreviaturas comuns em manuscritos de língua portuguesa:

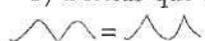
- A.D.: Annus Domini;
- D.: dom, dona;
- Novr^o, IXbro ou 9bro: novembro;
- PP: papa;
- SS: santíssimo;
- Xp, pto: Cristo;
- Alz': Álvares;
- Cappes: capitães;
- d^o: dito;
- lica, lissa: licença;
- Lx: Lisboa;
- Glz: Gonçalves;
- mss: manuscritos;
- mto: muito;

- P^o: Pedro;
- Pr^a: Pereira;
- Reg^o: Registro;
- S.Payo: Sampaio;
- Serv^o: serviço;
- tt^{as}: testemunhas;
- F^{ta} e Rg^{da}: Feita e Registrada;
- Cr: criadas;
- dez^o: dezembro;
- S^a: Silva;
- XPINA: Cristina;
- Afonç;
- Roriz: Rodrigues;
- Mq^{es}: Marques;
- Ct^a: Costa.

7.4 Quanto à caligrafia

As dificuldades dizem respeito, principalmente:

- a) à falta de pingo no i:  por 
 por 

b) a letras que se confundem; as confusões mais comuns se verificam entre: 

p e h

n e li

p e s - o p e r a  algumas vezes;

f e s - antigamente o  e r a  no caso do uso dobrado da letra e para a primeira;

c) a palavras ligadas (escrita encadeada):

- ovale: o vale;

- acasa: a casa;

- poreste: por este.

d) à falta de pontuação, originando interpretações diversas;

e) à falta de extensão do documento: se o documento é curto, a possibilidade de comparação de letras fica afastada, tornando-se difícil a leitura do texto;

f) tamanho das letras: em razão de suas reduzidas dimensões, as letras devem ser ampliadas com a ajuda de uma lupa, embora nem sempre este recurso facilite a leitura.

7.5 Quanto à pautação, divisão entre palavras, parágrafos, pontuação e numeração

a) Pautação: nos documentos dos primeiros sete séculos d.C., a pauta normalmente tinha meia polegada. Após o século VIII, diminuiu para 1/4 de polegada, a fim de economizar o material. Na época carolíngia, aumenta de tamanho, depois reduz-se novamente a 1/4, como se usa atualmente. Também era marcada com carbono que, com o tempo, desaparecia.

b) Divisão entre palavras: até o século VIII inexistia a separação de sílabas. A partir do século seguinte ela será adotada, mas sem regularidade, e verdadeiros absurdos serão feitos. Em Portugal, esta falta de regularidade é constante e causa de dificuldade na transcrição;

c) Parágrafo: na Idade Medieval, o espaço era de uma polegada, iniciando com maiúscula. Às vezes, no lugar do espaço, colocava-se um sinal para o parágrafo:



Na fase gótica, utilizava-se ▼ | ou ◩

d) Pontuação: a pontuação não era regulamentada. Na língua portuguesa, escrevia-se conforme conceitos pessoais. Era comum encontrar:

- • no lugar de vírgula (pausa menor);
- /• com valor de ponto comum;
- •• ou ∞ como ponto final.

A introdução do ponto e vírgula deu-se após os séculos XVI e XVII. O acento circunflexo era raríssimo e acentos fora de lugar ocorriam frequentemente.

As normas de acentuação e pontuação só foram regulamentadas no final do século XVIII.

e) Numeração

Números romanos. Os números romanos eram usados desde a Idade Antiga até o século XV, quando foram paulatinamente substituídos pelos algarismos arábicos. O 1 (um) era representado por i, e se havia mais de um i, o último tomava a forma de j:

II = ij VII = vij

O uso de pequeno c sobreposto multiplicava o valor por cem. O 5 (cinco) podia ter as seguintes formas: V, B, U, S ou v, b, u, s. O 10 (dez) era X, o 100 (cem) era C e o 500 (quinhentos) era D. O 40 (quarenta) xl, r ou x^u ou x^l. O 1.000 (mil) era M, T, m, t.

Algarismos arábicos. Os números arábicos foram introduzidos na Espanha no século X, com as invasões árabes. Até o século XII, seu uso permaneceu restrito à Espanha. No século XV, serão adotados em Portugal e seu uso registrado em documentos portugueses a partir do século seguinte.

7.6 Quanto às tentativas de adulteração e falsificação

O paleógrafo deve reconhecer a diferença entre falsificação e adulteração de papéis.

Documentos falsificados são documentos forjados, inexistentes a princípio e que foram criados pelo interessado na burla. Documentos adulterados, por sua vez, são documentos verdadeiros, mas que tiveram seu contexto modificado de modo a alterar sua compreensão. É o caso de “cincoenta mil” ao invés de “cinco mil”.

*Normas Técnicas para Transcrição
e Edição de Documentos Manuscritos*



Durante o I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizado em São Paulo, nos dias 28 e 29 de novembro de 1990, foram preconizadas as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. Na ocasião, tais normas foram elaboradas por Antonio Houaiss (da Academia Brasileira de Letras), Heloisa Liberalli Bellotto (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo), Jaime Antunes da Silva (do Arquivo Nacional), João Eurípedes Franklin Leal (da Universidade do Rio de Janeiro), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Roseli Santaella Stella (Faculdade Cruzeiro do Sul de São Paulo) e Yêdda Dias Lima (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

O objetivo dessas normas era fixar diretrizes, critérios e convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas.

Em 16 e 17 de setembro de 1993, durante o II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, também em São Paulo, deu-se a reformulação das normas anteriormente elaboradas. A Comissão de Sistematização e Redação esteve assim constituída: Ana Lúcia Louzada Werneck (da Fundação Biblioteca Nacional), Ana Regina Berwanger (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Carlos de Almeida Prado Bacellar (da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo), Gracilda Alves (do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro), José Marques (da Universidade do Porto, Portugal), João Eurípedes Franklin Leal (da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO), Marcelo Meira Amaral Bocaciovias (da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Vítor Manoel M. da Fonseca (do Arquivo Nacional), Wanderley dos Santos (do Arquivo Histórico

Municipal de Franca, São Paulo) e Yedda Dias Lima (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

Transcrevemos, a seguir, as normas aprovadas, que passaram a vigorar a partir de 1993.

1 Grafia

Quanto à grafia, seguir-se-ão os seguintes critérios:

1.1 Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se as uniões dos pronomes proclíticos (madê, selhedê) mesoclíticos e enclíticos às formas verbais de que dependem (meteremselhe, procurase).

1.2 As letras serão grafadas na forma usual, independentemente de seu valor fonético.

1.3 O s caudado, escrito com os sinais , serão transcritos como ss ou s respectivamente.

1.4 O R e S maiúsculo, com som rr e ss, serão transcritos R e S maiúsculos, respectivamente.

1.5 As letras ramistas b, v, u, i e j serão mantidas como no manuscrito.

1.6 Os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época.

1.7 Nos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometem a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [*sic*], entre colchetes e grifada.

1.8 As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.

1.9 As abreviaturas ainda usuais na atualidade ou de fácil reconhecimento poderão ser mantidas.

1.10 Os sinais especiais de origem latina e os símbolos e palavras monogramáticas serão desdobrados, por exemplo, da seguinte forma: , scilicet = a saber ou convém a saber, &r^a= etc.,  = Cristo.

1.11 Os sinais de restos de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, grifados.

1.12 O sinal de nasalização ou til, quando com valor de m e n, será mantido.

1.13 Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?].

1.14 A acentuação será conforme o original.

1.15 A pontuação original será mantida.

1.16 As maiúsculas e minúsculas serão mantidas.

1.17 A ortografia será mantida na íntegra, não se efetuando nenhuma correção gramatical.

2 Convenções

Para indicar acidentes no manuscrito original, como escrita ilegível ou danificada, serão utilizadas as seguintes convenções:

2.1 As palavras que se apresentem parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

2.2 As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [ilegível].

2.3 Linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroídas entre colchetes e grifada e com a menção aproximada de seu número: [corroídas ± 6 linhas].

2.4 Os elementos textuais interlineares ou marginais autógrafos que complementam o escrito serão inseridos no texto entre os sinais <"">.

2.5 Quando não forem autógrafos, serão indicadas em nota de rodapé.

2.6 As notas marginais, não inseríveis no texto, serão mantidas em seu lugar ou em seqüência ao texto principal com a indicação: à margem direita ou à margem esquerda.

2.7 As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

3 Assinaturas

3.1 As assinaturas em raso ou por extenso e rubricas serão transcritas em grifo.

3.2 Os sinais públicos serão indicados entre colchetes e em grifo: [sinal público].

4 Documentos mistos

4.1 Os caracteres impressos que aparecem em documentos mistos recentes serão transcritos em tipos diferentes. Incluem-se aqui os formulários, timbres, fichas-padrão, carimbos, siglas etc.

5 Selos, estampilhas etc.

5.1 Os selos, sinetes, lacres, chancelas, estampilhas, papéis selados, desenhos serão indicados de acordo com a sua natureza entre colchetes e grifado: [estampilha].

5.2 Os dizeres impressos e o valor das estampilhas serão transcritos dentro de colchetes e em grifo: [estampilhas, 200 rs.].

6 Referências

6.1 Recomenda-se o uso de um sumário, antecedendo cada texto, composto de: datação e resumo de conteúdo.

6.2 Será sempre indicada a notação ou cota do documento para fins de localização no acervo da instituição.

6.3 Sempre se indicará se o documento é original, apógrafo, segunda via etc.

7 Apresentação gráfica

7.1 A transcrição dos documentos poderá ser linha por linha ou de forma corrida.

7.2 Será respeitada a divisão paragrafada do original.

7.3 As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicando-se sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso: [fl.3], [fl.3v].

7.4 Se o original não for numerado, caberá ao transcritor numerá-las. Os números acrescentados serão impressos em grifo e entre colchetes: [fl.4], [fl. 4v.].

8 Observações

8.1 Toda edição de documentos deverá ser precedida de um texto preliminar em que se especificará o objetivo da publicação, remetendo-a, quanto aos critérios e convenções, para as *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos*.

8.2 É recomendável a utilização de índice remissivo.

João E. Franklin Leal condensou, a seguir, as Normas para Transcrição Paleográfica de *Textos Brasileiros*:

1) A transcrição deve seguir o modelo de translineação, com numeração seqüencial de cinco em cinco até o final do documento e colocada à margem esquerda. Caso a linha do manuscrito exceda a pauta correspondente, será utilizada a pauta imediata somente para seu uso e sem numeração;

2) A divisão paragrafada do original será respeitada;

3) As abreviaturas podem ser desenvolvidas, mas todos os acréscimos serão em itálico ou grifados. As abreviaturas ainda usuais e as de fácil reconhecimento deverão ser mantidas.

4) A ortografia será respeitada e mantida fiel ao manuscrito;

5) A acentuação e a pontuação serão mantidas conforme o original;

6) As letras ramistas v, u, b, i, j serão reproduzidas como no original;

7) Os algarismos arábicos e os numerais romanos serão mantidos na forma de época;

8) Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as letras ou sílabas grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se os pronomes enclíticos, mesoclíticos e proclíticos, que deverão ser mantidos ao verbo caso assim se apresentem;

9) Os sinais especiais de origem latina como *scilicet*, etc., letras monogramáticas e símbolos deverão ser reproduzidos no texto em desdobramentos;

10) Os sinais de resto de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, em itálico ou grifados;

11) O sinal de nasalização ou til será mantido, desde que represente o valor *m* ou *n*, sem desdobramentos;

12) As entrelinhas e notas marginais autógrafas serão inseridas no texto, no seu devido lugar, entre barras oblíquas opostas < >. Caso não sejam autógrafas, serão indicadas em nota de rodapé;

13) As anotações à margem serão transcritas em seu devido lugar como texto individualizado;

14) As letras ou palavras de leitura duvidosa serão transcritas entre colchetes seguidas de interrogação [.....?];

15) As letras ou palavras ilegíveis ou corroídas, mas cuja reconstituição da informação se faz com segurança, serão transcritas entre colchetes e em grifos;

16) As letras ou palavras ilegíveis de forma irrecuperável serão indicadas entre colchetes pela palavra ilegível em grifos ilegível.

17) As letras ou palavras corroídas por razões técnicas serão indicadas entre colchetes pela palavra corroído em grifos [corroído]. Caso o dano seja extenso, poder-se-á acrescentar, ainda entre colchetes, a dimensão do mesmo, explicitando o número de palavras ou linhas comprometidas [corroído, 7 linhas] ou [ilegível, 2 linhas].

18) A existência de sinais públicos, rubrica, selo, sinete, estampilha, espaço em branco etc. será indicada entre colchetes e em grifo [selo real].

Recomendações para a transcrição paleográfica

- Realizar a transcrição com o *maior cuidado e sem pressa*;
- Reproduzir o documento *tal qual foi feito* pelo autor;
- Respeitar a *ortografia da época* do documento;
- Não passar para a forma gráfica *atual*;
- Respeitar *as peculiaridades* do manuscrito;
- Respeitar o texto: o que está escrito, pois: "Nunca podemos olhar um documento do passado com os olhos do presente (João E. Franklin Leal);
- Conhecer a *língua* em que o documento foi escrito (época);
- Utilizar o método *comparativo*;
- Transcrever e reproduzir em uma folha todas as letras que aparecerem no texto; e
- Fazer o que é *fácil* no momento para, depois, fazer o resto.

Guia para a Análise Paleográfica



A análise paleográfica tem por objetivo informar as características dos documentos paleográficos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhes são marcantes.

9.1 Aspectos gráficos

- a) Tipo de letra: informar sobre a família a que pertence a letra em questão (romana, carolíngia, gótica, humanística);
- b) Ductus: notar as características do traçado da letra;
- c) Traços adicionais: descrever traços particulares eventualmente adicionados à letra;
- d) Automatismos: caracterizar as formas próprias de cada escriba escrever, com seus sinais e traços de uso automático que identifiquem o autor;
- e) Peso da escrita: analisar os resultados do peso da mão do escriba no ato de grafar o documento;
- f) Módulo: verificar o tamanho da letra usada na escrita;
- g) Ângulo da escrita: informar sobre a angularidade da escrita em relação à pauta (escrita perpendicular, tombada à esquerda ou à direita);
- h) Relação usual/canonizada: a escrita pode ter um padrão comum ou usual como pode seguir normas rígidas ou canonizadas para seu traçado, o que deve ser observado;
- i) Relação maiúscula/minúscula: investigar o uso ou não de letras maiúsculas e/ou minúsculas no texto e sua disposição;
- j) Distribuição das palavras: atentar para a distribuição das palavras na frase, união de termos ou desmembramento de palavras em sílabas;

- k) Pontuação: estudar o uso ou não de pontuação no texto;
- l) Acentuação: observar o uso de acentos ou sua ausência no documento;
- m) Numeração romana/arábica: identificar o uso de números na frase e sua tipologia;
- n) Sinais taquigráficos: verificar se existem ou não sinais de taquigrafia ou notas tironianas.

9.2 Aspectos materiais

- a) Suporte da escrita: examinar a tipologia do papel, pergaminho ou outro material sobre o qual se escreve;
- b) Instrumento da escrita: pesquisar o tipo de instrumento usado para escrever (estilete, pincel, pena de ave, pena metálica etc.);
- c) Tinta: investigar os tipos de tinta usados no documento, sua qualidade, cor, composição etc;
- d) Encadernação: descrever a unidade encadernada do documento;
- e) Dimensão: explicitar as medidas aritméticas do documento;
- f) Estado de conservação: analisar o estado material em que se encontra o documento.

9.3 Aspectos complementares

- a) Época do documento: no caso de ausência de datação do documento, tentar descobrir, ainda que aproximadamente, a época em que foi escrito;
- b) Origem do documento: identificar o local de origem do documento ou pesquisar sua procedência, se ignorada;
- c) Relação autor/escrita: ver se esta relação é de documento hológrafo, autógrafo ou não autógrafo;
- d) Relação original/cópia: informar se o escrito é via original, se é reprodução, cópia de época ou não;
- e) Localização em arquivo: fornecer a cota do documento e o arquivo a que pertence.

9.4 Conclusão

Transcrever o documento integral.

Textos Transcritos Paleograficamente



Sendome prez. q. pl. grã. distancia q. há da Cappitania
 do R. de Jan. e do Esp. S. resulta prejuizo ao meu serviço, e aos
 requerim. das partes. Hey por bem criar o Lugar de Ouvid. geral
 na d. Cappitania do Esp. S. - q. comprehend. não só as villas
 da Victoria, e Guaraparim - Mas também - as villas
 de S. Salvador, e S. João da Praya - de que se compoem a d. d. d.
 da Parahiba do Sul -; E a dita Ouvidoria serão ânexos os
 Lugares de Provedor das fazendas dos def. e abzentes, e de Provedor
 da fazenda Real. - O Dezembargo do Paço o tenha o firm.
 intendido, e me consultará Bacharel p. do d. Lugar.
 Lxa occid. 15 de Jan. de 1732 // A rubrica de
 S. Magestade //

- Sendome presente que pela grande distancia que há da Cappitania
 do Rio de Janeiro; à do Espírito Santo, resulta prejuízo ao meu serviço; e aos
 requerimentos das partes. Hey por bem criar o Lugar de Ouvidor geral
 na dita Cappitania do Espírito Santo, - que comprehenda, não só as villas
 5 da Victoria, e Guaraparim - Mas também - as villas -
 de S. Salvador, e S. João da Praya - de que se compoem a Cappitania
 da Parahiba do Sul -, E à dita Ouvidoria serão ânexos os
 Lugares de Provedor das fazendas dos defuntos e abzentes, e de Provedor
 da fazenda Real. - O Dezembargo do Paço o tenha assim
 10 intendido; e me consultará Bacharel para o dito Lugar
 Lxa occidental, 15 de janeiro de 1732 - // a rubrica de
 S. Magestade //

Fonte:

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Capitania do Espírito Santo, Caixa 3, in "Documentos coloniais"

de João Eurípedes Franklin Leal.

Fundação J. S. Neves, Vitória (ES), 1978, p. 56.

m^o A os desasseis dias do mes de outubro
 da era de mil e seisCentos e setenta
 e oito pus os Santos Olleos a maria
 por ser baptizada en Casa por nascer
 m^{to} fracqua) filha de manol Cardoso
 e de sua molher maria de ssaa forão
 padrinhos o padre fernão da Cunha e
 An^{ta} dalmeida e por verdade me
 asinei.
 o Cura fr^{co} de moraes

- Aos desasseis dias do mes de outubro
 da era de mil e seisCentos e setenta
 e oito pus os Santos Olleos a maria (
 por ser baptizada en Casa por nascer
 5 muito fracqua) filha de manol Cardoso
 e de sua molher maria de ssaa forão
 padrinhos o padre fernão da Cunha e
 Antonia d almeida e por verdade me
 asinei.
 10 o Cura francisco de moraes

Fonte:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
 Registros Paroquiais, Livro 2, fl. 38, in "Álbum de Paleografia"
 de Dias, Oliveira Marques e Rodrigues
 Lisboa, Ed. Estampa, 1987, p. 267.



o Cabo de São thome que Comodise effi em, altura de vinte dous graos .Corre a Costa ao Norte. trinta e seis legoas. até o morro. de loão moreno. que he hũ monte. que esta na entrada. do Porto, do Spõ Santo, em altura. de 20. graos, e hũ quarto. em toda esta Costa, não, temos porto, notauel, mais que o Rio. Iiritiba. em que podẽ surgir Carauellas. em fundo. de duas braças, e ao Norte, de le. oito. legoas. outro Rio. cõ tres ilhas pequenas, na entrada dele. que se corrẽ de Noroeste sueste. entre, ellas, e a boca do Rio. podẽ surgir, em quatro braças. chamãõ a estas, ilhetas, de Goropary, e do mesmo, nome. esta huã pouoacão, pelo Rio. assima. distancia de sinco. legoas, não á nesta Costa. Outra couza de que se fãlla, menção.

- Do Cabo de São thomé que Como dise está em, altura de vinte dous graos Corre a Costa ao Norte trinta e seis legoas até o morro de loão moreno que, he
- 5 hũ monte que esta na entrada do Porto, do Spirito Santo, em, altura de 20 graos, e hũ quarto em toda esta Costa, não, temos porto, notauel, mais que o Rio Iiritiba, em que podẽ surgir Carauellas em fundo de duas braças e ao Norte, de le o oito legoas outro Rio cõ tres ilhas pequenas na entrada dele que se corrẽ de Noroeste sueste. entre, ellas, e a boca
- 10 do Rio podẽ surgir, em quatro braças chamão a estas ilhetas, de Goropary, e do mesmo, nome esta huã pouoacão, pelo Rio. assima. distancia de sinco legoas, não á nesta Costa. Outra couza de que se fassa, mensão.

Fonte:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

Carta de João Teixeira de 1640. In "Documentos Administrativos" de de João Eurípedes Franklin Leal,

Fundação J. S. Neves, Vitória, 1979, p. 34.

PERNAMBUCO

Capitania de Pernambuco
de que hé capitão, governa-
dor, & senhor Duarte de
Albuquerque coelho,
E tem esta dita Ca-
pitania sesenta
leguas de
Costa 73

Da banda do Norte do dito

Rio de são Francisco começa o diſtricto de Per-
nambuco, E assim correndo a cobta por dez graos, e
meo, E por dez graos se vê o Rio de são Miguel,
E as suas baneyras Voamelas, E antes da Lagoa
O conhecido porto dos francezes, E o porto de Sa-
ranga todos capazes de grandes nauis, E por sua
capacidade feitas sempre ladouras de cosauros de
nosos furtadores de país brasil, q' no Rio de são
Miguel não falta, ne moradores, que ofuitem, E
carruquem como por muitas vezes setem adriado a
sua Mag^{d:}: O Porto, ou barra de são Miguel
E da lagoa são para carauelses somente como
se mostra na carta a tras fol no ponto. C.

PERNANBVCO

Capitania de Pernambuco
 de que hé capitão, gouerna=
 dor, & senhor Duarte de
 Albuquerque coelho,
 E tem esta dita Ca=
 pitania sesenta
 leguoas de
 Costa

- 10 Da banda do Norte do dito
 Rio de são Francisco começa o districto de Per=
 nambuco, e assy correndo a costa por des grãos, e
 meo, e por des grãos se Vé o Rio de são Miguel,
 e as suas barreiras Vermelhas, e antes da Lagoa
 15 O conhecido porto dos franceses, E o porto de la=
 raga todos capaces de grandes nauios, e por sua,
 capacidade feitos sempre, ladroeiras de cossairos de
 nossos furtadores de páo brasil, que no Rio de são
 Miguel não falta, nã moradores, que o furtem, E
 20 carreguem como por muitas Vezes se tem aVisado a
 Sua Magestade: O Porto, ou barra de são Miguel
 e dá lagua são para carauelões sómente como
 se mostram na carta atrás folha no ponto C.

Fonte:

Instituto Histórico e Geográfico, *Rio de Janeiro.*
Livro que dá Razão do Estado do Brasil, 1626. In:
"Álbum de Paleografia Portuguesa" de J. A. Vaz Valente,
ECA, São Paulo, 1983, p. 18.

Resebj do ^{ho} ~~for~~ de madureira thjzou
 rej ro da caza da jmdja ujnthe he
 Coatro mil reis do meu ordenado
 do do ano qe acaba por são Joam
 de seiscentos he ujnthe seis os
 Coais lhe asjnarej na folha to
 Das as uezes que quizer ou
 lho tornarej Como dinheiro de sua magestade
 em lisboa oje treze de marso de
 nil he seiscentos he ujnthe seis
 Joam de llemos dalmeyda



Resebj do senhor francisco de madureira thjzou
 Rejro da caza da jmdja ujnthe he
 Coatro mil reis do meu ordenado
 do do ano que acaba por são Joam
 5 de seiscentos he ujnthe seis os
 Coais lhe asjnarej na folha to
 Das as uezes que quizer ou
 lho tornarej Como dinheiro de sua magestade
 Em lisboa oje treze de marso de
 10 nil he seiscentos he ujnthe seis

Joam de llemos dalmeyda

Fonte:
 Arquivo Histórico Ultramarino
 Lisboa, Portugal. Setor Reino, maço 16.

Jesu Maria

Em nome da Sanctissima Trindade
 Padre filho e Spiritu Sancto tres
 pessoas e hum soo Deos em que eu firmemente
 creio. Estando Vasco fernandez
 Coutinho capitão e governador que sou da minha
 capitania do Spiritu sancto na costa do
 Brasil de caminho para a dita molher
 e casa, não sabendo o que Deos ordenará
 Demym nesta viagem nem a hora
 em que elle será servido lavarme desta
 vida estando com todo o Juízo e enten-
 dimento que elle medeu, ordeno meu testa-
 mento e ultima vontade na maneyra seguinte.

Jesu Maria

Em nome da Sanctissima Trindade

Padre filho e Spiritu Sancto trespeçoas e hum soo Deos em que eu firmemente

5 creio. Estando Vasco fernandez

Coutinho capitão e governador que sou da minha

capitania do Spiritu sancto na costa do

Brasil de caminho para a dita molher

10 e casa, não sabendo o que Deos ordenará

Demym nesta viagem nem a hora

em que elle será servido lavarme desta

vida estando com todo o Juízo e enten-

dimento que elle medeu, ordeno meu testa-

15 mento e ultima vontade na maneyra seguinte.

Fonte:

Arquivo Real da Ajuda, Lisboa, Portugal.

Testamento de Vasco Fernandes Coutinho, Lisboa, 19 de abril de 1573. Códice 44- XIV - 6. In

"Documentos coloniais" de J. E. F. Leal, Fundação J. S. Neves, Vitória, 1978, p. 27.

despesas del Rey

2^o
 2^o Se necessário para despesa do thesouro
 del Rey para vestido de suas altez
 as e outras despesas que se
 nele fazẽ e despacham alem
 de quatro comtos de rreaes em djnheiro
 que tem de seu asentamento
 ordenado que vam comtados
 com os asentamentos atraz

— bij 2^o

despesas del Rey

- | | | |
|------|--|------------|
| item | he necessário pera despesa do <u>thesouro</u>
del Rey pera vestido de suas altez
as e outras despesas que se | |
| 5 | nele fazẽ e despacham alem
de quatro comtos de <u>rreaes</u> em <u>djnheiro</u>
que tem de seu asentamento
ordenado que vam comtados
com os asentamentos atraz | bij contos |

Fonte:

Biblioteca Real da Ajuda, Lisboa, Portugal, 1525.

Código 50 - v - 29, fls. 18.

tigellada de perdiz

2) tomarão huia perdiz mal asada e fa
laão e pedaços aSy como a cortão pa
Comer e polaão Em huia tigella e
tomarão a perdiz e huia pouca de cebola
picada / e a cebola ha de ser primeiro
afogada cõ azeite ou manteygua
e deitareis tudo e huia tigella de
fogo cõ Seu adubo / crauo / pimeta
e açafraõ / e a perdiz a de ser e fa
rynhada / e tam deitarlheis vinagre
destemperado cõ agoa / e cubra meia perdiz /
polaão e cima das brasas a feruer
temperada cõ Seu sal e tiralaeis fora //

tigellada de perdiz

receita

tomarão huia perdiz mal asada e fa
laão e pedaços aSy como a cortão para
comer e polaão Em huia tigella e
5 tomarão a perdiz e huia pouca de cebola
picada / e a cebola ha de ser primeiro
afogada cõ azeite ou manteygua
e deitareis tudo e huia tigella de
fogu cõ Seu adubo / . crauo / . pimeta
10 e açafraõ / E a perdiz a de ser e fa
rynhada / e etam deitarlheis vinagre
destemperado cõ agoa que cubra meia perdiz /
polaão em cima das brasas a feruer
temperada cõ Seu sal e tiralaeis fora //.

Fonte:

Biblioteca Nacional de Nápoles, MS – E 33.

Tratado da Cozinha Portuguesa do Século XV, fl. 8.

In: "Álbum de Paleografia Portuguesa" de J. A. Vaz Valente,
ECA, São Paulo, 1983, p. 43.

Do linho que se pessa na dita feira aa segunda feira ha de auer El Rey de cada hu huia pessa huia estri
 qua asy dos moradores como dos que nom som moradores :
 E tanto ha da pedra como da mea pedra Come do quarto come do meo quarto :

Paguam da pessa do fyado e da estopa dous dinheiros :

Do linho que leuarem a adicta feira e hi a uenda fizerem E nom poderem em esse dia passar E o
 depois passarem fora da feira em outros logares ham de pagar a dicta estriga como sse o pesarem na
 feira. E pellos outros dias da domaa ham de pesar o linho no pesso do concelho como he de costume :

Do linho que se pessa na dita feira aa segunda feira ha de auer El Rey de cada hu huia pessa huia estri
 qua asy dos moradores como dos que nom som moradores
 E tanto ha da pedra como da mea pedra. Come do quarto come do meo quarto
 Paguam da pessa do fyado e da estopa dous dinheiros
 Do linho que leuarem a adicta feira e hi a uenda fizerem E nom poderem em esse dia passar E o
 depois passarem fora da feira em outros logares ham de pagar a dicta estriga como sse o pesarem na
 feira. E pellos outros dias da domaa ham de pesar o linho no pesso do concelho como he de costume.

Fonte:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

Forais Antigos, maço 2, documento 3.

Parte do Foral da Portagem da Cidade de Lisboa. Ano 1377.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Jerônimo Soares. *Eschola popular das primeiras letras divididas em quatro partes*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1829.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BERWANGER, Ana Regina; OSÓRIO, Helen; SOUZA, Susana Bleil de. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS: CORAG, 2001.

BRICEÑO PEROZO, Mario. *Vademecum de archivología*. Caracas: Archivo General de la Nación, 1979.

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTIFICAS. *Normas de transcripción y edición de textos y documentos*. Madrid, 1944.

CORTES ALONSO, Vicenta. *La escritura y lo escrito: Paleografía y Diplomática de España y América en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.

COSTA, P. Avelino de Jesus da. *Álbum de Paleografía e Diplomática portuguesas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976.

_____. *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Braga, Portugal, 1977.

DIAS, João José Alves; MARQUES, A.H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa F. *Álbum de Paleografia*. Lisboa: Estampa, 1987.

DICTIONNAIRE Encyclopédique Quillet. Paris: Librairie Aristide Quillet, 1953. 6 v.

DIRINGER, David. *A escrita*. Lisboa: Verbo, 1968.

ENCICLOPEDIA de la Cultura Española. Madrid: Nacional, 1963. Tomo IV.

ENCICLOPÉDIA Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1960. Tomo II.

ENCICLOPÉDIA Mirador. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1990, V.7 e 15.

ENCICLOPEDIA Universal Ilustrada Europeu-Americana. Madrid: Espasa-Calpe, 1966. Tomos 20, 41.

ESCOLAR SOBRINO, Hipólito. *História social del libro: la tableta cuneiforme*. Madrid: Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos, 1974. Cuadernos, 9.

ESPOSEL, José Pedro Pinto. *Anotações do curso intensivo de fundamentos de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 06 a 16 de novembro de 1978.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1979.

GELB, Y.J. *História de la escritura*. Madrid: Alianza Universidad, 1976.

GIORDANI, Mario Curtis. *História da antiguidade oriental*. Petrópolis: Vozes, 1972.

GOMA ARÁBICA. In: Wikipédia, 2007. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Goma-ar%C3%A1bica>> Acesso em: 02 abr. 2007.

GUITEL, Geneviève. *Histoire comparée des numérations écrites*. Paris: 1975.

HIGOUNET, Charles. *L'écriture*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

IFRAH, Georges. *Os números: a história de uma grande invenção*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

INSTITUTO DE ESTUDIOS AMERICANISTAS. *Norma para transcripción y edición de documentos históricos*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1956.

LEAL, João Eurípedes Franklin. *Espírito Santo: documentos administrativos coloniais*. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, 1979. 2 v.

_____. *Anotações de aulas ministradas durante o Seminário de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 27-30 abr. 1983.

_____. *Glossário de Paleografia*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1994.

_____. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000. (Coleção Canaã, v.3)

McCURTIE, Douglas C. *O livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1965.

MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de Paleografia*. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, 1953.

MILLARES CARLO, Agustin. *Paleografía española*. Barcelona: Labor, 1929. 2 v.

NUNES, Eduardo. *Varia paleographica*. Lisboa: Portugaliae Historica, 1973.

NUNES, E. Borges. *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: F.L., 1981.

OTTA, Francisco. *Los alfabetos del mundo*. Santiago: Universidad del Chile, 1968.

PROU, Maurice. *Manuel de Paleographie latine et française*. Paris: Auguste Picard, 1924.

RAMON BLANCO, Ricardo. *Estudos paleográficos*. São Paulo: Laserprint, 1987.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. São Paulo: Cultrix, USP, 1977.

TANODI, Aurélio. *Manual de Archivologia hispanoamericana*. Córdoba: Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos, 1979.

THOMPSON, E.M. *Paleografia grega e latina*. Milão: Hoepli, 1986.

VALENTE, José Augusto Vaz. *De re paleografica*. Marília: FAFI, 1970.

_____. *Álbum de Paleografia portuguesa*. São Paulo: USP/ECA, 1983.

ZAMBEL, Miriam Mani. *Breve história da escrita*. São Carlos: [s.n.], 1985.

